

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

JOÃO FRANCISCO CABERLON LANDEIRA

OFERTA PÚBLICA DE AÇÕES – O CASO DO BANRISUL S.A.

Porto Alegre

2010

JOÃO FRANCISCO CABERLON LANDEIRA

OFERTA PÚBLICA DE AÇÕES – O CASO DO BANRISUL S.A.

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Ernani Martins Lima

Porto Alegre

2010

JOÃO FRANCISCO CABERLON LANDEIRA

OFERTA PÚBLICA DE AÇÕES – O CASO DO BANRISUL S.A.

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2010.

Prof. Dr. Antonio Ernani Martins Lima - orientador
UFRGS

Prof. MSc. Ário Zimmermann
UFRGS

Prof. Dr. Valmor Marchetti
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Hilda e Marcelino (in memoriam), a quem tanto amo, os quais contribuíram muito para minha educação e possibilitaram meus primeiros passos na longa jornada até aqui.

Meu agradecimento especial para minha amada esposa Fernanda, responsável pela minha inscrição no Vestibular da UFRGS no longínquo ano de 2001. Agradeço pelo amor, compreensão e, principalmente, pela dedicação em tempo integral para que eu pudesse trilhar o longo caminho da instrução no terceiro grau.

As minhas filhas Gabriela e Laura pelo amor, alegria e luz que irradiam todos os dias em minha vida.

Ao meu estimado orientador Prof. Dr. Antonio Ernani Martins Lima pela orientação e atenção dedicadas neste momento singular.

Aos meus colegas da Gerência de Relações com Investidores do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., em especial ao Gerente Executivo de Relações com Investidores Sr. Alexandre Pedro Ponzi que dispôs material e informações necessárias ao desenvolvimento do trabalho.

Aos professores do Curso de Ciências Econômicas da UFRGS que contribuíram cada um da sua maneira, para o aprofundamento dos meus conhecimentos.

Enfim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a realização desse trabalho.

RESUMO

A abertura de capital das empresas através da Oferta Pública de Ações (IPO) representa um indicador de performance da economia. O cenário favorável da economia internacional, além do próprio ciclo de crescimento econômico brasileiro, vem levando as empresas nacionais a identificarem oportunidades de expansão de suas operações ou reestruturação de seu capital elevando o número de empresas com capital aberto na bolsa de valores. Este trabalho tem por objetivo principal apresentar uma análise deste processo ocorrido no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (BANRISUL S.A.) que adotou esta estratégia de valorização e crescimento como forma de financiar seus projetos de expansão. O objetivo principal é analisar os fundamentos, os procedimentos e os resultados da IPO sobre o Patrimônio Líquido (PL) do banco no curto prazo. Visa esclarecer as razões que levam uma empresa a optar pela realização de uma oferta pública para obtenção de capital para seus investimentos e quais os efeitos imediatos dessa operação sobre a composição acionária da Companhia. Dessa forma, descreve-se o processo de oferta pública de ações identificando o cenário econômico da época da oferta, a escolha do instrumento de aumento de capital, os custos e vantagens, as implicações legais, regulamentares e suas consequências; bem como, os órgãos, entidades e agentes relacionados ao processo. Por fim faz-se a avaliação das mudanças na composição acionária e os reflexos no PL da empresa após a oferta.

Palavras-chave: Abertura de Capital. Oferta Pública de Ações. Mercado de Capitais.

ABSTRACT

The capital opening of companies through the Initial Public Offering (IPO) represents an indicator of performance of the economy. The favorable international economy, besides the cycle of Brazilian economic growth, has encouraged national firms to identify opportunities to expand its operations or restructure its capital raising the number of companies traded on stock market. This study aims to present an analysis of this process occurred in the State Bank of Rio Grande do Sul SA (BANRISUL S.A.) who adopted this strategy of recovery and growth as a way to finance its expansion projects. The main objective is to analyze the fundamentals, procedures and results of the IPO on net worth (PL) from the bank in the short term. Aims clarify the reasons why a company opt for conducting a public offer to raise capital for their investments and what the immediate effects of the transaction on the Company's shareholding structure. Thus, it describes the process of public offering by identifying the economic scenario of the time of the offer, the choice of instrument to increase capital, the costs and benefits, legal implications, regulations and their consequences, and the organs, entities and agents related to the process. Finally presents the assessment of changes at shareholding and the reflexes in the PL of the company after the offering.

Keywords: Initial Public Offering. IPO. Capital Market.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Questão a Investigar	10
1.2 Objetivos e Hipóteses	11
1.2.1 Geral	11
1.2.2 Específico	11
1.3 Justificativa e Importância do Estudo	11
2 MÉTODO	12
2.1 Delineamento da Pesquisa	12
2.1.1 Métodos Utilizados	12
2.1.2 Plano de Coleta de Dados	13
2.1.3 Fontes de Informações	14
3 REVISÃO DA LITERATURA	15
3.1 Mercado de Capitais	15
3.1.1 Conceito	15
3.1.2 Ações	16
3.1.3 Rendimentos das Ações	17
3.1.4 Instrumentos e Alternativas para Abertura de Capital	18
3.1.5 Mercados: Primário e Secundário	18
3.1.6 Emissão e Oferta Pública de Ações	19
3.1.7 Requisitos Para Emissão e Oferta Pública	20
3.1.8 Oferta Primária de Ações	20
3.1.9 Tipos de Subscrição	21
3.1.9.1 A Fase de Determinação do Preço da Emissão da Ação	22
3.1.9.2 Bookbuilding	22
3.1.9.3 Custos Inerentes a Oferta Pública de Ações	23

3.1.9.4	Vantagens e Desvantagens	23
3.1.10	Governança Corporativa	25
3.1.10.1	Nível 1	25
3.1.10.2	Tag Along	26
3.1.11	Bolsas de Valores	26
3.1.11.1	Negociação na BM&F BOVESPA S.A	27
3.1.12	Sociedades Corretoras	27
3.1.13	Os Tipos de Empresas	28
3.1.14	Sociedade Anônima	29
4	A OFERTA PÚBLICA DE AÇÕES DO BANRISUL S.A.	31
4.1A	História do BANRISUL S.A.	31
4.1.1	Criação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	31
4.1.2	O Desenvolvimento do BANRISUL S.A. de 1930 em Diante	33
4.1.3	Cenário Econômico em 2007 – Ano da Oferta Pública de Ações	35
4.2A	Oferta Pública de Ações	37
4.2.1	A Montagem da Operação	37
4.2.1.1	Escolha do instrumento	37
4.2.1.2	Características	38
4.2.1.3	Objetivos e Destinação dos Recursos	39
4.2.1.4	Autorização para a Emissão de Ações	40
4.2.1.5	Grupo BANRISUL S.A. - Composição Societária	43
4.2.1.6	Composição do Capital Social	44
4.2.1.7	Descrição da Oferta	46
4.2.1.8	Grupamento de Ações ON e PNA	47
4.2.1.9	Homologação do Aumento de Capital para Liquidação da Oferta pelo BACEN	48
4.2.1.10	Ações Preferenciais Nominativas Classe B – Quantidade e Valor	49
4.2.1.11	Determinação do Preço por Ação	50
4.2.1.12	Cotação das Ações	51
4.2.1.13	Custos de Distribuição	52

4.2.1.14	Resumo das Aprovações Societárias -----	53
4.2.1.15	Prazos de Distribuição e Liquidação-----	54
4.2.1.16	Cronograma da Oferta-----	54
4.2.1.17	Negociação das Units e Ações PNB do BANRISUL S.A. na BOVESPA-----	55
4.2.1.18	Perfil Corporativo após a Oferta Pública-----	55
4.2.1.19	A Composição do Capital Social após a Oferta Pública com os Novos Acionistas -----	62
5	CONCLUSÃO-----	70
	REFERÊNCIAS -----	73

1 INTRODUÇÃO

Um sistema financeiro desenvolvido proporciona impactos positivos na economia, em termos de produtividade, acumulação de capital, aumento da poupança e crescimento econômico. Neste sentido, o mercado de capitais, sendo um dos segmentos do mercado financeiro pode desempenhar papel fundamental para a expansão da economia, pois é um dos mecanismos que traz benefícios diretos para a atividade econômica, aumentando as alternativas de financiamento do investimento, bem como reduzindo seu custo.

Conforme LIMA e ANDREZO (2002, p.15) o mercado de capitais assumiria relevância na alocação eficiente de recursos entre agentes poupadores e investidores, proporcionando às empresas financiamento de seu crescimento e expansão.

Para Assaf Neto (2009, p.69), “o mercado de capitais é o grande municador de recursos permanentes da economia, em virtude da ligação que efetua entre os que têm capacidade de poupança (investidores), e aqueles carentes de recursos de longo prazo, ou seja, que apresentam déficit de investimento.” Assumindo, dessa forma, papel dos mais relevantes no processo de desenvolvimento econômico, fomentado a riqueza nacional por meio da participação da poupança dos agentes econômicos.

Como agentes do mercado, as empresas necessitam manter-se em constante crescimento econômico, alavancar novos projetos e investimentos visando enfrentar a concorrência. Uma opção para o financiamento de investimento ocorre no mercado de

capitais, pela emissão e oferta pública de ações e/ou debêntures no mercado primário. Para isso, a empresa deverá ser considerada como companhia de capital aberto perante a legislação brasileira. Isto ocorre quando a empresa tem seus títulos mobiliários negociados nas Bolsas de Valores ou no mercado de balcão estando previamente cadastrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e nas Bolsas de Valores.

Analisar os motivos que levam as empresas a escolher o mercado de ações como forma de alocação de recursos para seus investimentos e saber quais benefícios que, por ventura, advieram dessa escolha é importante para compreendermos as estratégias utilizadas pelas companhias, enquanto agentes econômicos formadores de riqueza.

O estudo da emissão primária e da oferta pública de ações é um tópico importante em Finanças porque é uma primeira oportunidade de se avaliar ativos que não estavam no mercado, ou eram pouco negociados, para depois observar seu comportamento. O comportamento do ativo sinaliza aos gestores e investidores como a empresa irá se comportar no futuro e como será seu crescimento.

Para tanto, é importante saber quais são as formas de financiamento existentes, o que é o mercado de capitais, suas características, vantagens, custos, etc.; assim, no primeiro capítulo do trabalho, na revisão teórica buscamos mostrar todos esses conceitos relacionados ao mercado de capitais e seu funcionamento.

No estudo de caso se apresenta a oferta pública de ações do BANRISUL S.A., os motivos e vantagens, que levaram o banco a buscar no mercado de capitais o financiamento para reforçar a base de capital com o objetivo de financiar a expansão de suas operações de crédito e implementar a estratégia de investimento em tecnologia da informação, conforme declarado no prospecto da emissão de ações.

1.1 Questão a Investigar

No ano de 2007 o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (BANRISUL S.A.) fez uma oferta pública de ações no mercado de capitais.

O que motivou essa oferta e quais foram os benefícios resultantes desse evento?

1.2 Objetivos e Hipóteses

1.2.1 Geral

Contribuir para a análise e entendimento sobre a oferta pública de ações do BANRISUL S.A. e seus resultados, tendo em vista a atual situação do banco.

1.2.2 Específico

Nos últimos anos a abertura de capital das empresas tem se tornado mais frequente, tornando pertinente o estudo das formas de colocação desses ativos no mercado de capitais e os resultados oriundos desse processo. Assim, buscaremos como objetivo específico, analisar os fundamentos, os procedimentos e os resultados do IPO do BANRISUL S.A. sobre o PL do banco, no curto prazo.

1.3 Justificativa e Importância do Estudo

O processo de integração dos mercados mundiais ao aproximar, acelerar e facilitar as relações econômicas entre os países e as empresas ao redor do planeta vem acirrando a competição entre esses mercados e seus seguimentos. Para fazer frente às novas necessidades de expansão dos negócios, concorrência e manutenção de seus segmentos de mercado as empresas necessitam promover investimentos, buscando formas de captação de recursos financeiros mais acessíveis. Neste caso, a abertura de capital com a emissão de ações primária ou secundária pode ser uma forma de minorar os custos de captação de recursos, além de facilitar o acesso da empresa a outras fontes de financiamento do mercado de capitais. Ao analisarmos os fundamentos, os procedimentos e os resultados do IPO do BANRISUL S.A. sobre o PL do banco esperamos contribuir para a o esclarecimento de questões recorrentes na abertura de capital, como:

1. Quais as razões que levam uma empresa a optar pela realização de uma oferta pública ao invés de optar por outras formas de financiamento na obtenção de capital para seus investimentos?
2. Quais os efeitos, no curto prazo, de uma operação de Oferta Pública de Ações Primária sobre o PL e a composição acionária da Companhia?

2 MÉTODO

2.1 Delineamento da Pesquisa

Para Richardson (1999, p. 22) [...] “método é o caminho para se chegar a determinado fim ou objetivo”[...]. Por sua vez, Sandroni (2000, pág. 384) afirma que método é o “instrumental teórico integrado usado na análise dos fenômenos econômicos”[...] e cada escola econômica dispõe de seu método próprio.

2.1.1 Métodos Utilizados

No **método histórico** de investigação se acompanha o comportamento de determinada realidade, enquanto paralelamente, investigam-se e levantam-se as determinantes que podem ter influenciado o objeto de estudo.

Segundo Richardson ¹(1999 apud GOMES, 2005, p. 14):

O método histórico consiste em analisar todas as etapas da constituição, desenvolvimento e formação dos fenômenos ou processos em estudo. Ao analisar a ordem e as causas do aparecimento de um dado sistema econômico, da passagem de um modo de produção anterior para um novo modo de produção, torna-se viável explicar a especificidade e originalidade de cada situação econômica e compreender com maior profundidade as leis detectadas pela análise lógica.

¹ RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

O **método qualitativo** de pesquisa proporciona o conhecimento da realidade social por meio dos significados dos sujeitos participantes na pesquisa. Para Trujillo (1982, p. 241), esta análise procura “decompor o fenômeno, o problema ou o assunto nas suas partes essenciais [...] de tal modo que essas partes se organizem em sua recíproca dependência, procurando estabelecer as relações que se estabelece entre as partes”.

O método utilizado para execução desta monografia será o método histórico de investigação, sendo realizado por meio de um estudo de caso, sob a abordagem qualitativa.

O estudo de caso, de acordo com Gil (2002, p. 54), [...]“consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. Sendo empregado na análise de tema específico, que tenha significado por si só, mesmo que seja possível identificar-se, posteriormente, similaridade com outros casos.

O estudo será fundamentado em informações qualitativas sobre a emissão de novas ações do BANRISUL S.A. através de dados pertinentes a operação do próprio banco, de pesquisa bibliográfica e de acompanhamento dos veículos de comunicação (jornais, rádio, revistas e TV). Será feita pesquisa bibliográfica específica acerca dos termos apresentados e pertinentes ao assunto com o intuito de elucidar e favorecer a assimilação dos conceitos.

A análise crítica do processo ao qual o BANRISUL S.A. foi submetido e as conseqüências imediatas no curto prazo servirão de subsídios para futuros estudos de impactos de médio e longo prazos nas operações de um BANRISUL S.A. mais capitalizado e com maior capacidade operacional de crédito e de serviços.

2.1.2 Plano de Coleta de Dados

Quanto aos instrumentos de coleta de dados, utilizam-se dados primários e dados secundários. Os dados primários, que são obtidos a partir de informações da própria organização estudada, foram apurados por meio de conversas informais com o Gerente Executivo e de Relações com Investidores do BANRISUL S.A., Sr. Alexandre Pedro Ponzi e informações gerais obtidas junto à Unidade Financeira da Instituição.

Os dados secundários foram obtidos através de pesquisa bibliográfica realizada no acervo da Biblioteca da Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul (UFRGS) a partir de publicações, constituída principalmente de livros e artigos de periódicos. Também

serviu de apoio à pesquisa bibliográfica material de diversas fontes disponibilizado na Internet.

A pesquisa documental foi baseada em documentos e publicações legais, tais como a Lei das Sociedades Anônimas, as instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o prospecto da oferta pública do BANRISUL S.A., em conjunto com as informações disponíveis nos *sites* do Sistema Financeiro Nacional (SFN), Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA) e BANRISUL S.A.

2.1.3 Fontes de Informações

Pesquisa de consulta a jornais, revistas, artigos por via magnética, internet, dissertações de mestrado sobre o assunto, bem como anuários de Balanço e o prospecto da oferta pública do BANRISUL S.A. S.A, livros diversos sobre os aspectos específicos do mercado financeiro e Lei das Sociedades Anônimas, além de material indicado pelo Orientador.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo serão relacionados os conceitos necessários ao desenvolvimento do trabalho e a descrição do Mercado de Capitais.

3.1 O Mercado de Capitais

Iniciaremos a descrição do mercado de capitais através de sua conceitualização.

3.1.1 Conceito

A definição de mercado de capitais disponível no site da Bolsa de Valores de São Paulo conceitua:

O **mercado de capitais** é um sistema de distribuição de valores mobiliários, que tem o propósito de proporcionar liquidez aos títulos de emissão de empresas e viabilizar seu processo de capitalização. Sendo constituído pelas bolsas de valores, sociedades corretoras e outras instituições financeiras autorizadas.

Sendo que, os principais títulos negociados, nesse mercado, são os representativos do capital de empresas — as ações — ou de empréstimos tomados, via mercado, por empresas — debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição e “*commercial papers*”² —, que permitem a circulação de capital para custear o desenvolvimento econômico.

O mercado de capitais abrange, ainda, as negociações com direitos e recibos de subscrição de valores mobiliários, certificados de depósitos de ações e demais derivativos autorizados à negociação. (BOVESPA, 2009).

² Conforme definição da BM&F BOVESPA S.A., commercial papers são títulos de emissão de sociedades anônimas abertas, representativos de dívida de curto prazo (mínimo de 30 e máximo de 360 dias).

Outra definição dada por Castro resume:

O mercado de capitais, no qual se insere o mercado de ações, pode desempenhar um papel importante no processo de desenvolvimento econômico, devido ao fato de atuar no financiamento de médio e longo prazo na economia e paralelamente na repartição da propriedade. (CASTRO, 1985, p. 25).

É comum encontrarmos a caracterização do mercado de valores mobiliários – também denominado de mercado de capitais – como aquele no qual as operações são normalmente efetuadas diretamente entre poupadores e empresas, ou por meio de intermediários financeiros não-bancários, diferenciando-se do mercado financeiro. Nestes, os bancos atuam como parte na intermediação, interpondo-se entre aqueles que dispõem de recursos e aqueles que necessitam de crédito.

O mercado de capitais compreende operações realizadas predominantemente em mercados organizados (balcão e bolsas de valores), em que se verifica a captação de recursos de médio e longo prazos por companhias emissoras de títulos e valores mobiliários.

A Comissão de Valores Mobiliários é a instituição reguladora do mercado de valores mobiliários e visa um mercado eficiente³. Dispõe ao investidor o acesso às informações necessárias para conferir eficiência ao sistema e garantir práticas equitativas de mercado caracterizando-se por: fidedignidade; acesso fácil a todos os investidores (atuais e potenciais); e possibilidade de conhecimento tempestivo por parte dos investidores interessados.

3.1.2 Ações

Conforme Assaf Neto (2009, p. 167) “as ações representam a menor fração do capital social de uma empresa (sociedade anônima, sociedade por ações ou companhia). Desta forma, o acionista não é um credor, mas um co-proprietário com direito a participação em seus resultados.” As ações não têm prazo de resgate, podendo ser convertidas em dinheiro a qualquer momento mediante negociação no mercado.

Há diferentes tipos de ações e o que as diferenciam são os direitos e poderes que elas conferem a seus detentores. Assaf Neto (2009, p. 167) afirma que as ações são classificadas quanto à sua espécie, em dois tipos: “**ordinárias e preferenciais**”.

³ Segundo site CVM (apud ROSS; WESTERFIELD; JAFFE, 2009), um mercado eficiente de capitais é aquele no qual os preços dos títulos refletem completamente as informações disponíveis. ... Sem saber coisa especial alguma sobre uma ação, um investidor num mercado eficiente deve esperar apenas o retorno exigido de equilíbrio num investimento qualquer, e uma empresa deve esperar pagar um custo de capital de equilíbrio.

As **ações ordinárias** dão direito a voto, podendo seu titular eleger e destituir membros da diretoria e do conselho fiscal da companhia, decidir sobre o destino dos lucros, reformar o estatuto social, autorizar emissões de debêntures e aumentos de capital social etc. Cada ação ordinária equivaleria a um voto e, portanto, o poder de decisão concentra-se no investidor ou grupo de investidores que detenha a maior quantidade de ações.

As **ações preferenciais** por sua vez priorizam a distribuição de resultados e não dão direito de voto. Desta maneira, as ações preferenciais têm prioridade na distribuição de dividendos a serem pagos, correspondente a:

- ✓ pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício;
- ✓ pagamento de dividendo por ação preferencial pelo menos 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária;
- ✓ prioridade no reembolso do capital, no caso de dissolução da empresa por ocasião da transferência de controle da companhia, (*tag along*⁴), garantindo-se neste caso dividendo no mínimo igual ao das ações ordinárias.

A não distribuição de dividendos preferenciais por parte da companhia, num período de três anos consecutivos, faz com que as ações preferenciais adquiram o direito a voto, situação que pode alterar o seu controle acionário. As ações preferenciais também podem ter direito a voto se estiver estipulado no estatuto da companhia.

Sobre a forma de circulação das ações, estas podem ser nominativas, nominativas endossáveis e escriturais.

O preço da ação em bolsa é fruto das condições de mercado (oferta e demanda) que refletem as condições estruturais e comportamentais da economia do país e especificamente da empresa e do seu setor. Os preços das ações são influenciados por vários tipos de informações (preços passados, lucros futuros, volatilidade, índices econômico-financeiros, variáveis econômicas, fatores políticos, etc.).

3.1.3 Rendimentos das Ações

Os rendimentos pagos aos detentores de ações das companhias são divididos em Juros Sobre Capital Próprio (JSCP) e Dividendos.

⁴ O *tag along* é previsto na legislação brasileira (Lei das S.A., Artigo 254-A) e assegura que a alienação, direta ou indireta, do controle acionário de uma companhia somente poderá ocorrer sob a condição de que o acionista adquirente se obrigue a fazer oferta pública de aquisição das demais ações ordinárias, de modo a assegurar a seus detentores o preço mínimo de 80% do valor pago pelas ações integrantes do bloco de controle.

O pagamento dos Dividendos, conforme Fortuna (2008, p. 590) “é a distribuição de parte dos lucros de uma empresa, em moeda, aos seus acionistas. Por lei, no mínimo 25% do lucro líquido deve ser distribuído aos acionistas.”

Os Juros Sobre Capital Próprio, conforme Fortuna:

[...]foram criados pela Lei 9.249, de 26/12/95 para compensar o fim da correção monetária dos balanços das empresas. Com este instrumento a empresa esta autorizada a remunerar o capital do acionista até o valor da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse valor desembolsado é considerado despesa e descontado do lucro tributável, reduzindo o IR a ser pago pela empresa. (FORTUNA, 2008, p. 591).

Também, de acordo com o autor, “nos JSCP o valor pago aos acionistas sofre desconto de Imposto de Renda na fonte de pela alíquota de 15%. Sendo o valor dos JSCP pago aos acionistas imputado, pelo seu valor líquido de IR, ao total dos dividendos obrigatórios.” (FORTUNA, 2008, p. 591).

3.1.4 Instrumentos e Alternativas para Abertura de Capital

Como instrumentos de abertura de capital, baseando-se em Casagrande Neto (1989, p. 60), temos aqueles que são definidos pela legislação como sendo valores mobiliários, e que, portanto podem ser emitidos pela companhia, ou seja, ações, bônus de subscrição, debêntures, notas promissórias para distribuição pública, partes beneficiárias e Brazilian Depositary Receipts (BDRs).⁵

3.1.5 Mercados: Primário e Secundário

De acordo com Assaf Neto (2009, p. 177), o [...]“mercado financeiro pode ser classificado segundo diversos critérios, pela natureza dos títulos (mercado de ações, de renda fixa, etc.)”[...], em relação aos prazos dos títulos, [...]“o mercado monetário, opera no curto prazo já o mercado de capitais com operações de médio e longo prazos.”

O momento da negociação do título no mercado traz outra classificação, onde o lançamento de um novo ativo ocorre no mercado primário, enquanto a compra e venda de

⁵ Brazilian Depositary Receipts (BDRs) são certificados de depósito de valores mobiliários emitidos no Brasil que representam valores mobiliários de emissão de companhias abertas com sede no exterior.

ativos já lançados entre investidores ocorre no mercado secundário. Dessa forma o mercado acionário pode ser identificado por meio dessa classificação de operações distintas.

Conforme Assaf Neto:

No **mercado primário**, ocorre a canalização direta de recursos monetários superavitários, disponíveis aos poupadores, para o financiamento das empresas, por meio da colocação (venda) inicial das ações emitidas. Nesse setor do mercado as empresas buscam os recursos próprios necessários para a consecução de seu crescimento, promovendo, a partir do lançamento de ações, a implementação de projetos de investimento e o consequente crescimento da riqueza nacional.

No **mercado secundário** são estabelecidas as renegociações entre os agentes econômicos das ações adquiridas no mercado primário. Os valores monetários das negociações realizadas nesse mercado não são transferidos para financiamento das empresas. A função essencial do mercado secundário é dar liquidez ao mercado primário, viabilizando o lançamento de ativos financeiros. (ASSAF NETO, 2009, p. 177).

3.1.6 Emissão e Oferta Pública de Ações

A utilização das ações como fonte de recursos é uma forma de financiamento que permite à companhia ficar menos vulnerável às variações nas vendas e nos lucros, uma vez que as ações não possuem data de vencimento ou de restituição, como os empréstimos.

Segundo Casagrande Neto:

A decisão da abertura de capital está atrelada à decisão de investimento e financiamento da companhia. A decisão de investimento determina o risco empresarial de uma firma, e a decisão de financiamento define seu risco financeiro, que vai desde a variabilidade de seu lucro até a situação de insolvência. (CASAGRANDE NETO, 1989, p. 54).

Para promover uma oferta pública de ações na Bolsa de Valores a empresa deverá ser considerada como companhia de capital aberto perante a legislação brasileira. Esta situação ocorre quando a empresa tem seus títulos de valores mobiliários negociados nas Bolsas de Valores ou no mercado de balcão.

As companhias podem emitir ações preferenciais ou ações ordinárias para a captação de recursos, optando pela emissão que melhor atende às suas necessidades e expectativas, desde esteja em conformidade com a Lei das S.A nº 10.303 de 31 de outubro de 2001. Deve sempre ser considerado que “o número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas à restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total de ações emitidas,” conforme diz o artigo 15, § 2º da referida lei.

3.1.7 Requisitos Para Emissão e Oferta Pública

Caso a empresa ainda não tenha aberto seu capital, deverá fazê-lo antes de emitir novas ações para a captação de recursos na Bolsa de Valores.

Este processo exige o cumprimento de uma série de etapas, semelhantes para os diversos valores mobiliários, a saber:

1. Análise preliminar;
2. Contratação de Auditoria Externa Independente;
3. Contratação de Intermediário Financeiro;
 - 3.1 Adaptação dos Estatutos;
 - 3.2 Contrato de Coordenação e Distribuição;
 - 3.3 AGE deliberativa da operação, ou seja, Autorização da Assembléia Geral;
 - 3.4 Nomeação de um Diretor de Relações com Investidores;
 - 3.5 Criação de uma área de atendimento aos acionistas/debenturistas;
 - 3.6 Processos de obtenção dos registros na CVM (registro da emissão e registro de companhia);
 - 3.7 Processo de registro da empresa em Bolsa de Valores ou no Mercado de Balcão Organizado;
 - 3.8 Anúncio de início de distribuição pública, e
 - 3.9 Anúncio de encerramento de distribuição pública.

A legislação básica referente a essas etapas consta das Leis nºs 6.404/76 (Lei das S.A.) e 6.385/76 (criação da CVM), assim como das Instruções CVM nos 13/80 e 202/93.

3.1.8 Oferta Primária de Ações

Underwriting significa subscrição, ou seja, emitir ações para captar novos recursos junto a acionistas. Esta operação faz parte do mercado primário, pois a transferência de recursos ocorre diretamente do investidor para o caixa da empresa.

Diversas fases envolvem um processo de distribuição pública de ações. Conforme Casagrande Neto (1989), tal fato poderá ocorrer de duas formas:

1. Operação de aumento de capital com colocação de novas ações junto ao público investidor (oferta primária de ações ou *underwriting*).
2. Leilão de ações antigas (de posse da companhia ou de algum acionista), com colocação junto ao público investidor (*block-trade*). (CASAGRANDE NETO, 1989, p. 67).

Na **estruturação da operação** deve ser produzido o prospecto do lançamento, a ser submetido à CVM, o qual deve conter informações sobre a empresa de modo que os potenciais investidores possam avaliá-la.

Também, deve ser executada a análise das condições da empresa e do mercado de capitais, juntamente com a instituição coordenadora, visando definir:

1. A melhor forma de operação a ser realizada;
2. O volume de recursos envolvido;
3. O público alvo;
4. Os procedimentos de distribuição;
5. As garantias a serem oferecidas aos investidores; e, se for o caso,
6. A remuneração que será atribuída aos títulos;
7. O plano de repactuação ou de conversão em ações, no caso de debêntures;
8. O tipo e o preço do título, e
9. Os custos de todo o processo e sua análise de viabilidade.

3.1.9 Tipos de Subscrição

As principais formas de subscrição pública de ações (operação de *underwriting*), procedidas por uma instituição financeira ou pool de instituições, são:

1. Subscrição do tipo **puro** ou **firme**:

A intermediadora financeira assume amplamente o risco de sua colocação no mercado, responsabilizando-se pelo pagamento à sociedade emitente do valor total das ações lançadas; para os investidores isto representa uma garantia, demonstrando que a instituição financeira acredita no sucesso da operação, estendendo essa confiança a todo o mercado.

2. Subscrição do tipo **residual (stand-by)**:

O comprometimento da instituição financeira com a empresa emitente é de negociar as novas ações no mercado durante determinado período; passado esse período poderá ocorrer, por parte da instituição, a subscrição total ou a devolução da parcela de ações não absorvida no mercado pelos investidores.

3. Subscrição do tipo **melhor esforço** (*Best effort*):

Nesta forma de subscrição, o risco da colocação no mercado corre por conta da sociedade emissora, o compromisso da instituição financeira é de dedicar o melhor esforço e as melhores condições possíveis para colocar as ações no mercado, durante certo período de tempo, findo esse período as ações residuais são devolvidas a empresa de origem. (ASSAF NETO, 2009, p. 180).

3.1.9.1 A Fase de Determinação do Preço da Emissão da Ação

Esta é uma fase importante para o sucesso da operação de subscrição devido à preocupação básica da sociedade emissora no estabelecimento de um preço viável à colocação de todas as ações no mercado e garantir assim a entrada dos recursos desejados. Pela Lei das S.A., o preço de emissão deve ter como parâmetros a cotação das ações no mercado, o valor patrimonial líquido e as perspectivas de rentabilidade da companhia; evitando assim, que a empresa coloque as ações da emissão primária a um preço muito abaixo do praticado no mercado. A finalidade é proteger os antigos acionistas, que não queiram exercer seu direito de preferência de subscrição da diluição de seus ativos.

Cabe aos acionistas a decisão do tipo de ação a ser lançada (preferencial ou ordinária) que depende de fatores como:

- ✓ Limitação de 50% do capital social para o número de ações preferenciais de acordo com a lei das Sociedades Anônimas;
- ✓ Condição financeira dos acionistas (principalmente controladores) para acompanhar o aumento do capital ordinário mantendo suas participações acionárias, e
- ✓ O direito do acionista preferencial receber dividendos 10% maior do que o atribuído ao acionista ordinário. Com referencia a limitação da proporção das ações preferenciais, as empresas já em atividade podem manter a proporção de 2/3 de ações preferenciais e 1/3 de ações ordinárias.

3.1.9.2 Bookbuilding

Bookbuilding é uma técnica complementar de estabelecimento do preço final de emissão que obedece ao seguinte conceito: uma instituição financeira intermediária (banco de investimentos - coordenador líder) coleta intenções de compra de investidores institucionais

diretamente ou por meio de outros membros do consórcio de intermediários, a fim de, antes da emissão, traçar a curva de demanda do título.

3.1.9.3 Custos Inerentes a Oferta Pública de Ações

Os custos inerentes à abertura de capital de uma Companhia, conforme a CVM (2009), são de natureza diversa e podem ser agrupados assim:

1. Custos legais e institucionais: pagamento de taxas, anuidades, serviços e afins, em atendimento às exigências legais;
2. Custos de publicação, publicidade, "marketing": gastos com o prospecto e com a divulgação da operação no mercado;
3. Custos de Intermediação Financeira: remuneração dos trabalhos de coordenação, eventual garantia e distribuição, e
4. Custos internos: alocação de pessoal para acompanhamento do processo, montagem de estrutura interna para dar suporte à abertura. (CVM, 2009).

3.1.9.4 Vantagens e Desvantagens

Tendo optado pela oferta pública de ações primária para o financiamento de seus projetos de investimento e ampliação do capital é necessária a análise da conveniência. Esta é a fase de pesar os benefícios e os custos de emissão de ações primárias e avaliar se o perfil da companhia é adequado.

Do lado positivo, enumeramos vantagens como: o aumento da liquidez do patrimônio dos atuais sócios, os retornos dos investimentos a serem realizados com os recursos obtidos na emissão de ações, a redução do custo de capital da companhia e a melhora da sua performance em função do fortalecimento da imagem institucional e dos incentivos ao aumento de eficiência.

Para Assaf Neto (2009, p. 181), “a principal vantagem da abertura de capital relaciona-se ao prazo indeterminado dos recursos levantados, ou seja, estes recursos não apresentam prazos fixos para resgate, e sua remuneração depende do sucesso do empreendimento aliado às condições financeiras e econômicas vigentes.”

Ainda conforme o autor, o processo de abertura apresenta outras vantagens:

[...] um menor risco financeiro da empresa, devido a sua maior capitalização, incentivo a profissionalização das decisões da empresa inclusive com a facilitação do processo sucessório e arranjos societários, melhoria da imagem institucional, melhor liquidez para os acionistas realizarem seu patrimônio etc. (ASSAF NETO, 2009, p. 182).

Esses benefícios devem ser comparados com os custos que a empresa incorre no processo oferta pública de ações e no atendimento das obrigações para se manter como companhia aberta.

Entre os custos, estão os gastos relativos à operação de abertura de capital e ao aumento da estrutura organizacional para atender às demandas dos investidores e da regulamentação das sociedades anônimas de capital aberto.

Relativamente aos obstáculos no processo de abertura de capital, além de aspectos como porte da empresa, mercado atrativo, potencial de crescimento e custos envolvidos, Casagrande Neto (1989, p. 108) aponta os 4 principais motivos que emperram por vezes o processo de abertura de capital com oferta de ações são: “desconhecimento do mercado de valores mobiliários, a estrutura empresarial brasileira, a falta de necessidade imediata de recurso, e; a fixação do preço de emissão,” que aponta o fato do acionista majoritário achar que sua ação deva ser negociada no mínimo pelo valor patrimonial, enquanto que o mercado tende a analisar a rentabilidade das mesmas baseando-se em índices como preço/lucro (P/L), preço/fluxo de caixa descontado (P/FCD⁶).

Na prática, se observa que poucas empresas têm suas cotações atreladas ao respectivo valor patrimonial, pois os preços evoluem muito mais em função das perspectivas de geração de lucros e fluxo de caixa. Tanto no mercado secundário, quanto no mercado primário, os preços precisam apresentar atratividade caso contrário o investidor optará por adquirir ações com menores riscos.

Tratando mais diretamente das desvantagens apontadas pelos críticos da abertura de capital, Cavalcante Filho; Misumi e Rudge (2005) citam:

As desvantagens apontadas pelos críticos na abertura de capital de uma empresa são aparentes, podendo ser facilmente rechaçadas:

1. Divulgar informações – Acionistas exigem informações genéricas, não confidenciais, que não afetam sigilo empresarial;
2. Distribuir dividendos a acionistas – Reciprocidade justa à injeção de capital de risco dos novos acionistas na empresa. A longo prazo, a aplicação eficiente de capital de risco captado junto a novos acionistas fará com que o patrimônio da empresa cresça de maneira exponencial;
3. Novos Acionistas influenciam decisões estratégicas – Capital total de uma companhia pode ter até 50% de ações sem direito a voto. Acionista minoritário está interessado em dividendos e valorização do preço de suas ações em Bolsa de Valores, e não no controle acionário;

⁶ “Uma empresa é avaliada por sua riqueza econômica expressa a valor presente, dimensionada pelos benefícios de caixa esperados no futuro e descontados por uma taxa de atratividade que reflete o custo de oportunidade dos vários provedores de capital”. (Assaf Neto, 2003, p. 586).

4. Acréscimo nos Custos Administrativos, Auditores, Demonstrações Financeiras, etc., – Se uma empresa acreditar que jamais precisará de novos recursos a serem obtidos através da emissão de ações, gastos podem ser eliminados fechando-se o capital da empresa. (CAVALCANTE FILHO; MISUMI E RUDGE, 2005, p. 112).

3.1.10 Governança Corporativa

O termo governança corporativa define as regras que regem o relacionamento dentro de uma companhia, dos interesses de acionistas controladores, acionistas minoritários e administradores.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC – apresentou a seguinte definição, bastante abrangente e estabelecendo seus principais objetivos:

Governança Corporativa é o sistema que assegura aos sócios-proprietários o governo estratégico da empresa e a efetiva monitoração da diretoria executiva. A relação entre propriedade e gestão se dá através do conselho de administração, a auditoria independente e o conselho fiscal, instrumentos fundamentais para o exercício do controle. A boa Governança assegura aos sócios: equidade, transparência, responsabilidade pelos resultados (accountability) e obediência às leis do país (compliance). No passado recente, nas empresas privadas e familiares, os acionistas eram gestores, confundindo em sua pessoa propriedade e gestão. Com a profissionalização, a privatização, a globalização e o afastamento das famílias, a Governança Corporativa colocou o Conselho entre a Propriedade e a Gestão. (IBGC, 2009).

O Novo Mercado surge como um segmento especial de listagem de ações de companhias que se comprometem voluntariamente a adotar as boas práticas de governança corporativa. Numa necessária adaptação à realidade do mercado de ações brasileiro, são criados dois estágios intermediários: Níveis I e II, que juntos com o Novo Mercado estabelecem compromissos crescentes de adoção de melhores práticas de governança corporativa.

3.1.10.1 Nível 1

As Companhias do Nível 1 se comprometem, principalmente, com melhorias na prestação de informações ao mercado e com a dispersão acionária. As principais práticas agrupadas no Nível 1 são:

1. Manutenção em circulação de uma parcela mínima de ações, representando 25% do capital;

2. Realização de ofertas públicas de colocação de ações por meio de mecanismos que favoreçam a dispersão do capital;
3. Melhoria nas informações prestadas trimestralmente, entre as quais a exigência de consolidação e de revisão especial;
4. Prestação de informações sobre negociações de ativos e derivativos de emissão da companhia por parte de acionistas controladores ou administradores da empresa;
5. Divulgação de acordos de acionistas e programas de *stock options*⁷;
6. Disponibilização de um calendário anual de eventos corporativos, e
7. Apresentação das demonstrações do fluxo de caixa.

3.1.10.2 Tag Along

Conforme Assaf Neto, o “*tag along* é um mecanismo que assegura a todos os acionistas minoritários ordinários, um pagamento mínimo em relação ao valor pago aos controladores da sociedade, em caso de negociação do controle acionário”. (ASSAF NETO 2009, p. 182).

Conforme a lei nº 10.303/2001:

A alienação, direta ou indireta, do controle de companhia aberta somente poderá ser contratada sob a condição de que o adquirente se obrigue a fazer oferta pública de aquisição das ações com direito a voto de propriedade dos demais acionistas da companhia; de modo a lhes assegurar o preço no mínimo igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle. (BRASIL, 2009).

Assim é conferido, por força de lei, conforme Instrução CVM nº 361/2002, somente aos acionistas minoritários com participação no capital votante o direito ao *tag along*, como é usualmente conhecida no mercado a possibilidade atribuída ao minoritário de alienar suas ações ao novo controlador por ocasião da transferência do controle de companhia aberta.

3.1.11 Bolsas de Valores

As bolsas de valores são definidas como [...] “entidades civis sem fins lucrativos, onde se realizam transações de compra e venda de títulos e valores mobiliários”. No Brasil,

⁷ Programas de incentivo de longo prazo que permitem aos funcionários comprar ações da companhia onde trabalham por um preço abaixo do mercado.

atualmente, as bolsas são organizadas sob a forma de sociedades por ações (S/A), reguladas e fiscalizadas pela CVM. Ao exercerem a importante atividade de fiscalização das operações efetuadas por seus membros [...] “as bolsas de valores são consideradas entidades auto-reguladoras, uma vez que seus próprios associados cuidam de expedir e fazer cumprir determinadas regras de conduta”. [...] “A partir do advento da Lei nº 6.385/76 as bolsas de valores são órgãos auxiliares da CVM, devendo, portanto cooperar com essa Comissão na atividade de fiscalização do mercado de capitais.” (CASTRO, 1985, p. 75).

A principal função de uma bolsa de valores é proporcionar um ambiente transparente e líquido, adequado à realização de negócios com valores mobiliários. Somente através das corretoras, os investidores têm acesso aos sistemas de negociação para efetuarem suas transações de compra e venda desses valores.

3.1.11.1 Negociação na BM&F BOVESPA S.A

A negociação na BOVESPA só pode ser realizada pelas corretoras-membro e por um número limitado de não-membros autorizados. As negociações ocorrem em um sistema eletrônico de negociação chamado Megabolsa, no horário das 10h00min às 17h00min, ou entre 11h00min e 18h00min no período do horário de verão. A BOVESPA também permite negociações por um sistema online denominado “*after market*”⁸, conectado às corretoras tradicionais e às corretoras que operam pela internet.

Sempre que o Índice BOVESPA cai abaixo dos limites de 10,0% ou 15,0%, respectivamente, com relação ao índice de fechamento da sessão de negociação anterior é acionado o “*circuit breaker*”⁹ suspendendo a sessão de negociação por um período de 30 minutos ou uma hora para manter um melhor controle sobre as oscilações do índice.

3.1.12 Sociedades Corretoras

Conforme Casagrande Neto as sociedades corretoras são:

Instituições financeiras, constituídas na forma de S.A. ou quotas de participação Ltda., cuja principal função é promover, de forma eficiente, a aproximação entre os compradores e os vendedores de títulos e valores mobiliários,

⁸ Denomina-se *After-Market* o período de negociação que ocorre fora do horário regular de Pregão. As operações realizadas nesse período serão registradas no próprio dia em de sua realização e obedecerão ao ciclo de liquidação deste dia, de acordo com as regras e procedimentos estabelecidos pela CBLIC.

⁹ *Circuit breaker* é o mecanismo utilizado pela BOVESPA que permite, na ocorrência de movimentos bruscos de mercado, o amortecimento e o rebalanceamento das ordens de compra e de venda. Esse instrumento constitui-se em uma “proteção” à volatilidade excessiva em momentos atípicos de mercado.

dando a estes a negociabilidade adequada por meio de leilões realizados em recinto próprio (pregão das bolsas de valores)

As principais atividades, desenvolvidas pelas Sociedades Corretoras, são as seguintes:

1. Operar com exclusividade na bolsa de valores da qual são membros com títulos e valores mobiliários de negociação autorizada;
2. Comprar, vender e distribuir títulos e valores mobiliários, por conta de terceiros, e efetuar lançamentos públicos de ações;
3. Custodiar títulos e valores mobiliários; instituir, organizar e administrar carteiras, fundos e clubes de investimento; prestar serviços de transferência de títulos, desdobramentos de cautelas, recebimento de juros, dividendos e encarregar-se da distribuição de títulos e valores mobiliários;
4. Operar no mercado aberto (*open market*) e intermediar as operações de câmbio. (CASAGRANDE NETO, 1989, p. 44).

3.1.13 Os Tipos de Empresas

Conforme a informação no site do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (2009), o Código Comercial Brasileiro de 1850 e o Código Civil de 1916, que regulavam o direito das empresas mercantis e civis no Brasil até 11 de janeiro de 2003, adotavam, como critério de divisão das empresas, as atividades exercidas por elas:

- ✓ **sociedade civil**, constituída com o objetivo social de prestação de serviços, e
- ✓ **sociedade mercantil**, constituída com o objetivo de exercer atividades de indústria e/ou comércio.

Após 11 de janeiro de 2003, passa a vigorar o Novo Código Civil Brasileiro que fez com que deixasse de existir a clássica divisão entre atividades mercantis (indústria ou comércio) e atividades civis (as chamadas prestadoras de serviços). Desta maneira, o atual sistema jurídico passou a adotar uma nova divisão que se apóia no aspecto econômico de sua atividade, ou seja, fundamenta-se na teoria da empresa.

As espécies de sociedades previstas na legislação brasileira passaram a ser as seguintes:

- ✓ **sociedade em nome coletivo**: constituída somente por pessoas físicas, sendo que todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais;
- ✓ **sociedade em comandita simples**: possui dois tipos de sócios comanditados: pessoas físicas, responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais; e os comanditários, obrigados somente pelo valor de sua quota;

- ✓ **sociedade em comandita por ações:** tem o capital dividido em ações, regendo-se pelas normas relativas às sociedades anônimas;
- ✓ **sociedade por quotas de responsabilidade limitada:** tipo de sociedade mais comum adotada pelas pequenas empresas. Conta com responsabilidade limitada dos sócios restrita ao valor de suas quotas e é de constituição mais simples, e
- ✓ **sociedade anônima:** capital dividido em ações, regendo-se pelas normas relativas às sociedades anônimas.

3.1.14 Sociedade Anônima

A sociedade anônima, também denominada companhia, é considerada pessoa jurídica de direito privado, de natureza mercantil, em que o capital social é dividido em ações de igual valor nominal, que são de livre negociabilidade, limitando-se a responsabilidade do sócio ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.

As sociedades anônimas diferenciam-se das sociedades contratuais pelo fato de nenhum contrato ligar os sócios entre si. Por isso, são consideradas sociedades institucionais ou normativas.

Conforme o art. 4º da Lei das Sociedades por Ações distingue: “Para os efeitos desta lei, a companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários”. (BRASIL, 2009).

Sendo a emissão e a oferta pública de ações o assunto do trabalho, o conceito que mais interessa é o das sociedades anônimas (S.A.) de capital aberto, conhecidas popularmente como companhias. Para Fortuna, “sociedades anônimas ou companhias são aquelas cujo capital social divide-se em ações e reguladas pela Lei nº 6.404, de 1976, com as alterações dadas pela Lei 9.457, de 1997, conhecida como Lei das Sociedades Anônimas.” (FORTUNA, 2008, p, 96). As S.A. são, por definição legal, sociedades essencialmente mercantis e por serem sociedades de capital, prevêm a obtenção de lucros para serem distribuídos aos acionistas.

Pelo fato de poder recorrer ao mercado acionário para obter recursos financeiros, a sociedade anônima aberta, deve maior transparência em suas demonstrações contábeis sujeitando-se a sua administração à fiscalização governamental. As companhias abertas

devem cumprir uma série de normas quanto à natureza, periodicidade de informações a divulgar, forma e conteúdo dos relatórios e demonstrações financeiras. Suas demonstrações contábeis devem estar acompanhadas de parecer de auditores independentes e de notas explicativa dos valores mais relevantes. Também devem ser divulgadas informações prestadas pela diretoria e pelo acionista controlador sobre: a compra, a venda ou a permuta de ações emitidas pela Cia. e por sociedades controladas; as deliberações da Assembleia dos Acionistas e outros fatos relevantes ocorridos nos negócios, que possam influenciar consideravelmente a decisão de venda ou compra de ações por parte dos investidores.

Para captar recursos junto aos investidores em geral, a companhia aberta necessita além do registro prévio na CVM, registrar na mesma entidade, a oferta pública de títulos e valores mobiliários que lhe possibilitará a captação no mercado.

Esses registros implicam em informações sobre a emissão e a própria companhia, tais como: os empreendimentos que a sociedade emissora explora ou pretende explorar; as características da emissão e a aplicação dos recursos levantados com a emissão; o vendedor dos valores mobiliários se for o caso e os participantes na distribuição, remuneração e seu relacionamento com a companhia emissora ou com o vendedor.

Uma vez qualificada a empresa como companhia aberta através do seu registro fica a mesma submetida à autoridade normativa e fiscalizadora da CVM. Essa ação é extensiva aos administradores e aos acionistas, pois depende de prévia autorização da CVM para alienação do controle e /ou oferta pública de aquisição do controle.

Conforme a Lei nº 6404/76, as sociedades anônimas têm quatro principais órgãos: a assembléia geral, o conselho de administração, a diretoria e o conselho fiscal. Além desses, o estatuto pode prever livremente outros órgãos de assessoria ou de execução.

A finalidade de todo esse controle é conferir ao investimento em ações e outros valores mobiliários a maior segurança e liquidez possível.

4 A OFERTA PÚBLICA DE AÇÕES DO BANRISUL S.A.

Neste capítulo estão descritos o processo de Oferta Pública de Ações Primária e Secundária do BANRISUL S.A., o panorama da Companhia após a conclusão da operação e as implicações no PL e na formatação societária com a entrada de novos acionistas oriundos dessa operação.

4.1 A História do BANRISUL S.A.

No início do século XX, a dificuldade para a criação de uma linha de crédito hipotecário no Rio Grande do Sul não se devia à fragilidade do seu sistema bancário que, na época, era o terceiro do Brasil. Porém, no início da década de 1920 a solidez do sistema foi abalada, quando o Estado encampou o Porto de Rio Grande e a Viação Férrea, fazendo uso da maior parte das suas reservas depositadas nessas instituições bancárias. Houve então uma crise de liquidez dos bancos gaúchos que suspenderam abruptamente os empréstimos ao setor privado, agravando principalmente a situação dos pecuaristas.

4.1.1 Criação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Em 1927, durante o I Congresso de Criadores realizado em Porto Alegre, com o objetivo de analisar os problemas estaduais, a ênfase foi direcionada à crise enfrentada pela pecuária gaúcha e a questão do crédito foi um dos principais temas discutidos.

O Estado de São Paulo, por sua vez, já havia instituído o Banco do Estado de São Paulo, do qual se tornou o principal acionista. O Banco emitia suas letras hipotecárias que eram garantidas pelo Estado e possibilitavam negociações no exterior.

Esses fatos influenciariam o presidente Washington Luiz, em agosto de 1928, a promulgar o Decreto 18.374, que autorizava o Estado do Rio Grande do Sul a criar um banco de crédito real, destinado a trabalhar com empréstimos de longo prazo tendo a hipoteca de imóveis como garantia.

Segundo Lagemann, a criação do banco oficial do Rio Grande do Sul deve ser entendida da seguinte forma:

Se a iniciativa privada já não obtivera êxito nessa proposta durante as duas primeiras décadas do século, na década de 1920, quando da acentuação da crise econômico-financeira em âmbito nacional e regional, a hipótese de atuação na área de crédito de longo prazo foi totalmente afastada. Assim, nada mais restava ao Estado senão instituir, por ação própria, o então exigido banco de crédito real. O governo paulista lhe servia de modelo ao se tornar, em 1927, o principal acionista do Banco de Crédito Agrícola e Hipotecário, agora denominado Banco do Estado de São Paulo, buscando, dessa forma, apoiar sua principal riqueza, a cultura do café. (LAGEMANN, 1985, p.59).

Em 12 de setembro de 1928, foi fundado o **Banco do Rio Grande do Sul (BRGS)**, inspirado na experiência do Estado de São Paulo e dos países vizinhos, Argentina e Uruguai, que já possuíam seus bancos de crédito real. O capital inicial de cinquenta mil contos de réis, foi integralizado em sua maior parte pelo Estado (trinta e cinco mil contos de réis), enquanto os outros quinze mil contos de réis foram obtidos mediante subscrição pública de capital. Assim, o Banco do Rio Grande do Sul, atual BANRISUL S.A. já nasceu como uma companhia de capital aberto.

Visto que o capital integralizado era insuficiente para a viabilização da Carteira Hipotecária, foi decidido que o Banco teria duas carteiras – Carteira Hipotecária e Carteira Econômica –, ou seja, atuaria também como banco comercial. Sua carteira hipotecária era um departamento que pouco ou nenhum retorno oferecia, assim, instituiu-se no BRGS, desde logo, uma fonte alternativa de receitas com a criação da carteira econômica, cujos juros, incluída a comissão, chegavam aos doze por cento ao ano.

Além do crédito hipotecário, que era a razão original da criação do BRGS, o banco esteve voltado, desde o início, ao financiamento de projetos sociais. Já nos três primeiros meses de funcionamento houve a concessão de empréstimos às prefeituras para obras de saneamento, iluminação pública, construção de estradas e consolidação de dívidas, num total de quinze mil, quatrocentos e vinte contos de réis. Estas operações refletiam as palavras do

discurso inaugural do Presidente da Instituição Paim Filho: “o banco proporcionará também facilidades à execução de obras e serviços de utilidade coletiva, facultará elementos e meios às municipalidades riograndenses para a efetivação do saneamento de nossas cidades, que assim se tornarão higiênicas, salubres e confortáveis.”

A primeira diretoria do Banco do Rio Grande do Sul era formada pelo Gen. Firmino Paim Filho (presidente) e pelos diretores Cel. Angello Correa da Silva, João Vieira Macedo, Renato Costa e Major João Luiz Gomes que faleceu e foi substituído por Gaston Englert.

4.1.2 O Desenvolvimento do BANRISUL S.A de 1930 em Diante

O Banco iniciou na década de 30 o seu crescimento. Em 1931, foi escolhido como síndico da massa falida e encarregado de promover a liquidação dos ativos do Banco Pelotense. Em 1934, o BRGS inicia a abertura de agências em diversos municípios do Estado.

Ao longo dos anos de 1959-1963, o Governador Leonel Brizola retomou a proposta inicial da Instituição potencializando o financiamento à produção primária como resposta à restrição de investimentos e a destinação das concessões de empréstimos federais do Estado somente para o eixo SP-RJ-MG. Fundou a Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul em 1960, destinada, prioritariamente ao financiamento imobiliário e de pequenos empreendimentos e conquistou do Governo Federal em 1962 a instituição do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) destinado ao financiamento da industrialização regional.

O Banco prosseguiu em seu processo de crescimento e consolidação mediante a incorporação de instituições financeiras públicas, como o Banco Real de Pernambuco (1969) e o Banco Sul do Brasil (1970). Dessa forma, estendeu sua rede até os estados de Pernambuco e Ceará, além de ampliar o número de agências já existentes em Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro. A abertura de uma agência em Nova York, em 1982, inseriu o BANRISUL S.A. no grupo de operadores internacionais. A década de 80 marcou o início da automação nos serviços do banco.

Em março de 1990, o BANRISUL S.A. obteve autorização do Banco Central para operar como Banco Múltiplo, com as Carteiras de Crédito Comercial, Imobiliário e de Crédito, Financiamento e Investimento. Em 1992, incorporou o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A (BADESUL S.A.) e a Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Estado do Rio Grande do Sul (DIVERGS), ao mesmo tempo em que foi

instituída a presidência única para o Sistema Financeiro Estadual – BANRISUL S.A. e Caixa Econômica Estadual. Em 1997, o BANRISUL S.A. absorveu a estrutura de agências, clientes e determinados ativos da Caixa Econômica Estadual, e, a partir deste momento, passou a concentrar o pagamento da folha ao funcionalismo estadual e os serviços financeiros para o Estado do Rio Grande do Sul e demais entidades ligadas ao Estado.

Em 1998, em razão da sua inclusão no PROES – Programa de Estímulo à Restauração e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, o Banco passou por um processo de reestruturação, por meio do qual foi capitalizado em R\$1.400,0 milhões. Nesta ocasião R\$700,0 milhões foram aportados em títulos emitidos pelo Governo Federal e Banco Central e outros R\$700,0 milhões - referentes ao passivo atuarial com a Fundação Banrisul S.A. e por valores devidos ao BNDES – foram assumidos pelo acionista controlador e posteriormente convertidos em participação no seu capital social. Os R\$700,0 milhões capitalizados em títulos foram utilizados pelo BANRISUL S.A. para a constituição de provisões para perdas em suas operações, especialmente as de crédito, provisões para riscos trabalhistas, baixa parcial de créditos tributários e ativos diferidos e investimentos em informática. (BANRISUL, 2010)

Ainda em 1998, como parte da reestruturação e reflexo da incorporação das agências da antiga Caixa Econômica Estadual, consolidou sua posição de maior rede de agências do sul do país, além de tornar-se um banco de varejo. Em 2002, a Caixa Estadual S.A. – Agência de Fomento RS passou a operacionalizar as ações calcadas em linhas de crédito de longo prazo.

O BANRISUL S.A. realizou em 2007 uma Oferta Pública de Ações Primária e Secundária, aderindo ao Nível 1 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BOVESPA. O estatuto social da Instituição foi alterado devido ao enquadramento do Banco nas obrigações relativas ao Nível 1 de governança corporativa e passou a pautar-se pelas regras aplicadas às companhias com ações listadas no novo mercado.

A oferta pública primária gerou o montante de R\$ 800 milhões, que contemplou o aumento de capital do banco totalizando aproximadamente R\$ 2,1 bilhões. Serviu também para expandir a presença da instituição nos Estados da região sul do Brasil principalmente em Santa Catarina. Neste Estado a previsão era a abertura de mais dez agências até o início de 2009.

Visando manter o papel essencial no desenvolvimento econômico do Estado, os recursos oriundos da oferta pública secundária de ações possibilitaram a oxigenação dos cofres do Estado – seu principal acionista – em R\$ 1,2 bilhão.

Um convênio de cooperação técnica e financeira, firmado no final de 2007 com a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), resultou em um

incremento de 83% de novas folhas de pagamento na carteira de clientes do banco. Foram assinados 320 convênios com prefeituras, que garantiram a exclusividade da folha de pagamento e canal de consignação, e outros 20 que preveem prioridade nos empréstimos consignados. Com o acordo, o BANRISUL S.A. passou a deter 80% dos canais de consignação no setor público municipal do Estado. Segundo Fernando Lemos (2007), “sem a oferta pública de ações, esses contratos não teriam sido assinados”.

Novas linhas de financiamento para produtores rurais, além de pequenas e médias empresas, foram abertas. As operações de crédito para pessoas jurídicas alcançaram R\$ 3,7 bilhões em junho de 2008, um aumento de 75,3% sobre o valor verificado no mesmo período do ano anterior. Um dos principais beneficiados foi o setor da construção civil que contou com o lançamento de uma linha específica de crédito imobiliário pelo BANRISUL S.A., no início de 2009, para financiar as obras de empresas de pequeno porte. Ao todo, o acordo disponibilizou R\$ 320 milhões para financiamentos de 19 pequenas construtoras, com juros a partir de 8,75% ao ano.

Conforme comenta Alfredo Meneghetti Neto, da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE): “A principal vantagem de um banco público atuante, pela proximidade e pela responsabilidade em apoiar o desenvolvimento social e econômico do Estado, é disponibilizar produtos específicos a determinados setores com o foco no crescimento das pequenas e médias empresas.”

4.1.3 Cenário Econômico em 2007 – Ano da Oferta Pública de Ações

Conforme avaliação de cenário que consta no site do BANRISUL S.A. (2010):

A economia brasileira apresentou desempenho bastante robusto ao longo do ano de 2007, baseado no aquecimento da demanda agregada, principalmente, no consumo das famílias e na expansão dos investimentos em aumento de capacidade produtiva, associado à trajetória favorável da inflação e do câmbio.

A inflação medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), referência oficial de preços, fechou 2007 em alta de 4,46%, em linha com a meta de 4,5% traçada pelo governo federal, salvo efeitos sazonais ligados aos preços dos alimentos. Isto permitiu ao Banco Central a adoção de uma política menos conservadora, além da valorização da taxa real de câmbio. No decorrer do ano a Autoridade Monetária efetuou seis cortes consecutivos na taxa básica de juros (SELIC), chegando a 11,25% a.a. na reunião de setembro do Comitê de Política Monetária (COPOM). No câmbio, a tendência à valorização do Real manteve-se ao longo do ano, mesmo após as turbulências internacionais, refletindo na melhora e consolidação dos fundamentos macroeconômicos do Brasil. Houve um crescimento histórico das reservas internacionais do País oriundo, principalmente, da expansão dos investimentos estrangeiros e contribuindo para a estabilidade da inflação.

A economia do Rio Grande do Sul, por sua vez, mostrou melhorias na maioria dos seus indicadores de desempenho decorrentes do crescimento industrial e da

recuperação do setor agropecuarista, consequência da excelente safra e da melhora nos preços das commodities agrícolas. O Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, quarto no ranking do País conforme estimativa da FEE apresentou variação de 7,0% em 2007, superior à estimativa do PIB para o País de 5,2% conforme informações do Banco Central. (DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2007, Banrisul, 2009, p. 5).

Na Bolsa de Valores o ano de 2007 foi marcado por grandes avanços em volume financeiro, quantidade de negócios e ofertas públicas iniciais. O IBOVESPA acumulou alta de 43,6% alcançando novos recordes históricos, tanto em volume negociado num único dia (R\$ 18,4 bilhões) como em número de negócios, com a marca de 343.060 operações. O volume total cresceu mais de 100%, em relação a 2006, superando R\$ 1 trilhão, e o valor de mercado atingiu R\$ 2,5 trilhões.

As distribuições públicas de ações no total de 76 em 2007 resultaram na oferta de R\$ 69,5 bilhões nos mercados primário e secundário. Para efeito de comparação, em 2006, o volume total de distribuição foi de R\$ 30,2 bilhões no mercado primário e secundário.

Ao final de 2007, 156 empresas integravam os Níveis Diferenciados de Governança Corporativa (92 no Novo Mercado, 20 no Nível 2 e 44 no Nível 1), representando 56,69% do valor de mercado, 65,52% do volume financeiro e 73,66% da quantidade de negócios no mercado à vista da BOVESPA. A opção pelos níveis diferenciados de Governança Corporativa foi unanimidade entre as novatas, com exceção de seis empresas que emitiram BDR.

A participação dos estrangeiros nas ofertas públicas de ações, incluindo IPOs, representou 75,4% do total de R\$ 65.534.322.336,50 das operações realizadas em 2007.

Neste contexto o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A, que já participava da Bolsa de Valores desde o ano de 1931, como companhia de capital aberto, faz sua Oferta Pública de Ações.

Concluindo assim, o processo de capitalização mediante subscrição pública de ações de emissão primária além da emissão secundária de ações preferenciais de titularidade do Estado do Rio Grande do Sul, conforme processo CVM RJ/2007-04223 protocolado na Comissão de Valores Mobiliários, aprovado em reunião do Conselho de Administração do BANRISUL S.A. realizada em 02/07/2007 e homologada pelo Banco Central do Brasil em 29/08/2007. O BANRISUL iniciou em 31/07/2007, na Bolsa de Valores de São Paulo, a negociação de suas ações PNB, data na qual também aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa.

Os recursos provenientes da capitalização, no montante de R\$ 800 milhões, reforçaram a base de capital do BANRISUL S.A. permitindo financiar a expansão das operações de crédito e implementar estratégias comerciais e de investimentos em tecnologia da informação. Possibilitou também a aquisição da Carteira de Cartões de Crédito da Banrisul Serviços S.A, visando unificar os processos e realizar um acordo com a Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul centralizando a

movimentação financeira dos municípios do Estado por seu intermédio. (DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2007, Banrisul, 2009, p. 6)

4.2 A Oferta Pública de Ações

Neste item prestaremos as informações pertinentes ao processo de Oferta Primária e Secundária empreendido com sucesso pelo BANRISUL S.A. e seu Acionista Controlador, o Estado do Rio Grande do Sul procurando detalhar todas as fases da operação de Oferta de Ações promovida no ano de 2007.

4.2.1 A Montagem da Operação

Em 13/02/2007 o BANRISUL S.A. publica no site da Comissão de Valores Mobiliários (2009), como fato relevante, a seguinte informação:

“Por determinação de seu acionista controlador foi constituído grupo de trabalho com o objetivo de estudar alternativas para o aumento de capital do BANRISUL S.A., grupo este integrado por representantes do controlador e da diretoria do Banco.”

O grupo foi composto pelo diretor-presidente e o diretor financeiro do BANRISUL S.A., pelo secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul e o seu substituto, por um representante da Procuradoria Geral do Estado e por um representante do Tribunal de Contas do Estado. Este foi o primeiro passo para a emissão primária e secundária de ações ocorrida naquele ano.

Em 23/04/2007 após a conclusão do estudo de alternativas para a abertura de capital do BANRISUL S.A. pelo grupo especial de trabalho, o Banco divulgou novo fato relevante, onde informava ao mercado e a seus acionistas qual o instrumento, as características e os objetivos dessa abertura de capital, conforme segue:

4.2.1.1 Escolha do instrumento

A partir da divulgação ao mercado de “fato relevante” em 13 de fevereiro de 2007, determinando a elaboração de alternativas para o aumento de capital do BANRISUL S.A., o grupo de estudo concluiu que a opção que melhor atenderia aos interesses do BANRISUL S.A. e de seu acionista controlador seria a realização de um **aumento de capital por subscrição pública de ações**.

O Estado do Rio Grande do Sul, por sua vez, informou sua intenção de alienar parte das ações preferenciais de emissão do Banco de que era titular, sem alteração da sua participação no capital votante, vedando a venda de ações ordinárias e determinando que a alienação ocorresse juntamente com o aumento de capital do Banco.

A decisão sobre o instrumento de abertura de capital levou em conta as características inerentes à abertura de capital por oferta pública de ações:

1. O fato do Banco já estar registrado como uma companhia de capital aberto que é requisito fundamental para a emissão e oferta primária de ações;
2. A característica da oferta pública de ações de ser uma operação de financiamento onde a transferência de recursos ocorre diretamente do investidor para o caixa da empresa,
3. Os custos legais, institucionais, de publicidade, de intermediação financeira e internos que são inerentes à oferta pública de ações;
4. As vantagens ligadas à redução do custo de capital da companhia e a melhora do seu desempenho em função do fortalecimento da imagem institucional e dos incentivos ao aumento de eficiência e;
5. As desvantagens ligadas ao porte da empresa, mercado atrativo, potencial de crescimento, custos envolvidos, etc.

4.2.1.2 Características

O documento divulgado colocava que os estudos a respeito do assunto ainda eram preliminares e não ofereciam conclusões definitivas e que as principais características da operação seriam:

1. A operação contemplará uma oferta pública primária, com aumento de capital por subscrição pública, realizada pelo próprio BANRISUL S.A., mediante a emissão de novas ações preferenciais, e uma oferta pública secundária, por meio da qual o Estado alienará parte das ações preferenciais de emissão do BANRISUL S.A. de sua titularidade.
2. Somente serão contempladas ações preferenciais do BANRISUL S.A., tanto na emissão primária quanto na oferta secundária. Não haverá emissão ou alienação de ações ordinárias e o Estado do Rio Grande do Sul permanecerá com o controle do capital do Banco e sua atual participação em ações ordinárias, continuando o Banco como uma sociedade de economia mista controlada pelo Estado.
3. Embora ainda não se tenha definido o montante envolvido na operação, preliminarmente estima-se que possam ser emitidas 8,5 bilhões de novas ações preferenciais pelo Banco e alienadas 12,8 bilhões de ações preferenciais detidas pelo Estado, além da opção de distribuição de lote suplementar de que trata o art. 24 da Instrução CVM 400/03. Estes números são um mero referencial e poderão ser alterados até a conclusão da operação.

4. Em linha com práticas de mercado, o BANRISUL S.A. pretende aderir ao Nível 1 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo. (PROSPECTO DEFINITIVO, Banrisul, 2009, p. 78).

Conforme o documento publicado, a realização da operação ora descrita estava sujeita à análise prévia e aprovação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e à aprovação pelo Banco Central do Brasil.

4.2.1.3 Objetivos e Destinação dos Recursos

A Administração do BANRISUL S.A. considerava que o aumento de capital do Banco com a captação de novos recursos seria um passo essencial para a implementação do plano de negócios para os próximos anos, em especial de sua carteira de crédito e contribuiria de forma importante para o crescimento das operações e o fortalecimento da situação financeira da instituição.

De acordo com o prospecto definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Preferenciais Classe B de Emissão do BANRISUL S.A.:

[...] todos os recursos captados na Oferta Primária foram destinados à conta de capital social. Havendo aumento no ativo e no patrimônio líquido no valor correspondente ao total de recursos líquidos captados com a Oferta Primária, de aproximadamente R\$786,8 milhões, após dedução dos valores devidos a título de comissões e despesas. (PROSPECTO DEFINITIVO, Banrisul, 2009, p. 78).

Também de acordo com este material a empresa demonstrou a intenção de utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária para reforçar a base de capital com o objetivo de financiar a expansão de suas operações de crédito e para implementar a estratégia de investimento em tecnologia da informação, desenvolvida desde os anos de 2004, 2005 e 2006 com investimentos de cerca de R\$337,7 milhões, principalmente na modernização dos hardwares e softwares.

Fazia parte dos planos aumentar a base de capital através do incremento das fontes de captação de recursos, especialmente depósitos. Por outro lado, não havia pretensão de utilizar quaisquer recursos na aquisição de participações em outras sociedades, uma vez que a estratégia de crescimento do banco estava focada no crescimento orgânico de suas operações.

TABELA 1 – Destinação dos Recursos

Destinação	Valor Aproximado (em R\$ milhões)	Percentual dos Recursos Obtidos com a Oferta
Operações de Crédito	R\$ 500,0	63,50%
Investimentos em Tecnologia da Informação	R\$ 286,8	36,50%
Total	R\$ 786,8	100,00%

Fonte: (PROSPECTO DEFINITIVO, Banrisul, 2009, p. 78)

Conforme informação do prospecto, a aplicação dos recursos captados dependeria de vários fatores que não poderiam garantir sua concretização, dentre os quais, o comportamento dos mercados de atuação e a capacidade de instituir uma estratégia de operações, plano de negócios e plano de investimentos.

Em 30/04/2007, foi divulgada no site do Governo do RS (2007) a declaração do Secretário da Fazenda, Aod Cunha: “Este é um passo que foi dado no sentido de reforçar o BANRISUL S.A. como banco público e injetar recursos para expandir os negócios do Banco. Além de permitir que a instituição auxilie em um segundo momento, no processo de ajuste fiscal do Estado, financiando as políticas de educação, saúde e segurança”.

Assim, por parte do BANRISUL S.A. a oferta primária de ações buscou a construção do plano de negócios para os anos seguintes, em especial de sua carteira de crédito visando instituir a estratégia de investimento em tecnologia da informação, o crescimento das operações e o fortalecimento da situação financeira da instituição. Para o Estado a oferta secundária buscou auxiliar no processo de ajuste fiscal financiando as políticas de educação, saúde e segurança.

Cabe lembrar que o BANRISUL S.A. não recebeu nenhum recurso proveniente da venda de Ações Preferenciais Classe B pelo Acionista Vendedor inclusive em decorrência do eventual exercício da Opção de Ações Suplementares.

4.2.1.4 Autorização para a Emissão de Ações

Em reunião extraordinária do Conselho de Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. realizada no dia 02 de julho de 2007 houve a aprovação da distribuição pública primária teria um total de 66.666.667 ações preferenciais classe B, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia. Esta distribuição foi realizada no Brasil, no mercado de balcão não organizado e em regime de garantia firme de liquidação,

com esforços de venda no exterior. Simultaneamente à Distribuição Primária, houve a distribuição secundária de Ações detidas pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Houve a aprovação do aumento de capital e a emissão das ações para subscrição pública dentro do limite do capital autorizado e realizado com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, em conformidade com o disposto nos artigos 170 e 172 da Lei 6.404/76 e no Estatuto Social da Companhia.

A coordenação da Oferta ficou sob a responsabilidade do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. (“Coordenador Líder”) e do Banco UBS Pactual S.A. (Coordenador), com a participação de instituições financeiras por eles contratadas, em conformidade com os procedimentos estabelecidos pela Instrução CVM 400; e, ainda, com esforços de colocação no exterior, realizados pelo Credit Suisse Securities (USA) LLC e do UBS Securities LLC (“Agentes de Colocação Internacional”).

A oferta teve as seguintes características de acordo com transcrição da Ata nº 443 da Reunião do Conselho de Administração (RCA):

1. Compreenderá duas ofertas distintas, quais sejam, a “Oferta de Varejo” e “Oferta Institucional”, destacando-se que a Oferta de Varejo será realizada junto a investidores pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliadas no Brasil que não sejam considerados investidores institucionais, com alocação prioritária de uma parcela das Ações ofertadas para empregados da Companhia, e a Oferta Institucional será realizada junto a pessoas físicas, jurídicas e clubes de investimento, cujos valores de investimento excedam o limite máximo estabelecido para Oferta de Varejo e investidores residentes no exterior que invistam no Brasil, segundo as normas da Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, do Conselho Monetário Nacional e da Instrução CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000, da CVM;
2. O preço por ação (“Preço por Ação”) no âmbito da Oferta será fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento (bookbuilding), a ser realizado pelos Coordenadores junto a investidores institucionais, conforme o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400 e de acordo com o inciso III do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei 6.404. O Preço por Ação deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia antes da concessão do registro da Distribuição Primária pela CVM;
3. A integralização das Ações emitidas no âmbito da Distribuição Primária será realizada mediante pagamento em moeda corrente nacional;
4. As Ações a serem emitidas no âmbito da Distribuição Primária farão jus ao recebimento de dividendos e demais proventos que forem declarados pela Companhia a partir da data de sua subscrição e a todos os demais direitos e benefícios que forem conferidos às ações preferenciais classe B de emissão da Companhia, nos termos da Lei nº 6.404/76 e do Estatuto Social da Companhia;
5. A quantidade total de Ações da Oferta poderá ser acrescida de um lote suplementar, equivalente a até 15% das Ações inicialmente ofertadas, de até 26.086.957 Ações de titularidade do Estado do Rio Grande do Sul, conforme opção a ser outorgada por este ao UBS Pactual, destinadas a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado pelos Coordenadores no decorrer da Oferta, e serão adquiridas nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas;
6. O aumento de capital referente à Distribuição Primária está sujeito à homologação prévia pelo Banco Central do Brasil, nos termos da legislação e regulamentação vigentes (“Homologação”). A Homologação é ato discricionário do

Banco Central, sem um prazo pré-estabelecido para a concessão, porém, somente ocorrerá à medida que pelo menos 50% (cinquenta por cento) do valor do aumento de capital seja integralizado e todos os documentos e informações requeridos pelo Banco Central sejam apresentados. Por tais razões, a Oferta será liquidada em Units compostas de duas Ações e um recibo de subscrição (“Recibo de Subscrição”), proporcionalmente ao número de Ações que os subscritores/adquirentes receberiam o na alocação para a Oferta de Varejo e a Oferta Institucional, conforme o caso. Os Recibos de Subscrição conferirão aos seus titulares os seguintes direitos: direito de serem incluídos na oferta pública de aquisição de ações de que tratam os artigos 75 e ss. do Estatuto Social da Companhia; e direito de serem convertidos em Ações após a Homologação. As Units refletirão as características das Ações e Recibos de Subscrição que as compuserem, serão livremente negociáveis na BOVESPA e não poderão ser desmembradas nos valores mobiliários a ela subjacentes até a Homologação. As Units serão obrigatória e automaticamente desmembradas até o terceiro dia útil seguinte à Homologação, conforme indicado em comunicado ao mercado a ser publicado pela Companhia, com entrega de 3 (três) Ações por Unit. Uma vez ocorrida a Homologação, a Companhia publicará comunicado ao mercado nesse sentido, informando aos investidores a Homologação e os detalhes do procedimento de desmembramento. (ATA 443, BANRISUL, 2010).

Nesta RCA houve a aprovação da realização de operações bursáteis para estabilizar o preço das ações preferenciais classe B de emissão da Companhia na BOVESPA, pelo Banco UBS Pactual. As operações foram intermediadas através da UBS Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., num período determinado de tempo (34 dias a partir da data da publicação do anúncio de início da Distribuição Primária). Foi celebrado Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações PNB emitidas para a Oferta Pública de Ações do Banco, necessitando prévia aprovação da CVM e BOVESPA.

Houve a autorização da confecção e impressão do Prospecto Preliminar e do *Preliminary Offering Memorandum* e a realização de *road show* relativo ao esforço de colocação das Ações, no Brasil e no exterior, de acordo com o calendário definido pelos Coordenadores.

Os membros da Diretoria Executiva foram autorizados pelo Conselho de Administração:

A tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à consecução do aumento de capital social da Companhia, dentro do seu limite de capital autorizado, bem como negociar e assinar, em nome e por conta da Companhia, todos os documentos e contratos necessários à realização da Distribuição Primária. O que inclui os Contratos de Coordenação, Garantia Firme de Liquidação e Colocação de Ações Preferenciais de Emissão do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., o Contrato de Estabilização, o *Placement Facilitation Agreement*¹⁰, o *Lock up*

¹⁰ Contrato celebrado em 24 de julho de 2007 entre os Agentes de Colocação Internacional, o BANRISUL S.A. e o Acionista Vendedor regulando esforços de distribuição das Ações Preferenciais Classe B no exterior. O Placement Facilitation Agreement apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para indenizá-los no caso de que eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes no Preliminary Offering Memorandum ou no Offering Memorandum. Caso os Agentes de Colocação Internacional venham a sofrer perdas no exterior em relação a estas questões, eles poderão ter direito de regresso contra o Banco por conta desta cláusula de indenização.

*Agreement*¹¹, bem como a elaboração e aprovação do Prospecto Preliminar e Definitivo brasileiro e o *Preliminary Offering Memorandum*¹² e definitivo além de tomar todas as medidas necessárias para a consecução da Distribuição Primária, inclusive perante a Comissão de Valores Mobiliários, Banco Central do Brasil, Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA e Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia. (PROSPECTO DEFINITIVO - Banrisul, 2010).

4.2.1.5 Grupo BANRISUL S.A. - Composição Societária

A estrutura societária do BANRISUL S.A à época da Oferta, como agora, é formada por quatro subsidiárias:

Banrisul Armazéns Gerais S.A., Banrisul Administradora de Consórcios, Banrisul Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio e Banrisul Serviços Ltda.

A Banrisul Armazéns Gerais é a controlada que explora serviços de armazéns gerais e em 31 de março de 2007, o BANRISUL S.A. detinha 99,5% do seu capital; a Banrisul Consórcios S.A. é a controlada que explora serviços de administração de consórcios em geral e em 31 de março de 2007, o BANRISUL S.A. detinha 98,7% do seu capital; a Banrisul Corretora é a controlada que explora serviços de corretagem e intermediação em operações envolvendo títulos e valores mobiliários negociados na BOVESPA, câmbio e commodities e em 31 de março de 2007, o BANRISUL S.A. detinha 97,8% do seu capital e a Banrisul Serviços é a controlada que administra Refeisul (tíquete refeição, alimentação e combustível) e os cartões de crédito VISA e MASTERCARD emitidos pelo Banco e em 31 de março de 2007, o BANRISUL S.A. detinha 98,4% do seu capital.

¹¹ Contrato celebrado em 24 de julho de 2007 entre os Agentes de Colocação Internacional, o BANRISUL S.A. e o Acionista Vendedor regulando esforços de distribuição das Ações Preferenciais Classe B no exterior. Em virtude de um acordo de restrição à venda de Ações Preferenciais Classe B (Lock-up), nós, o Acionista Vendedor e nossos Administradores concordamos em não ofertar, vender ou transferir, durante os 180 dias seguintes à data do Prospecto Definitivo, qualquer ação de nossa emissão ou opção de compra de tais ações ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações de nossa emissão. Após o término desse prazo, a negociação das ações anteriormente sujeitas a essa restrição poderá ocorrer livremente. Caso qualquer dos acionistas decida pela venda de uma quantidade significativa de ações de nossa emissão, ou caso o mercado perceba a intenção de vendê-las, o valor de mercado das Ações Preferenciais Classe B poderá diminuir significativamente.

¹² Memorando de Oferta Preliminar ou Inicial.

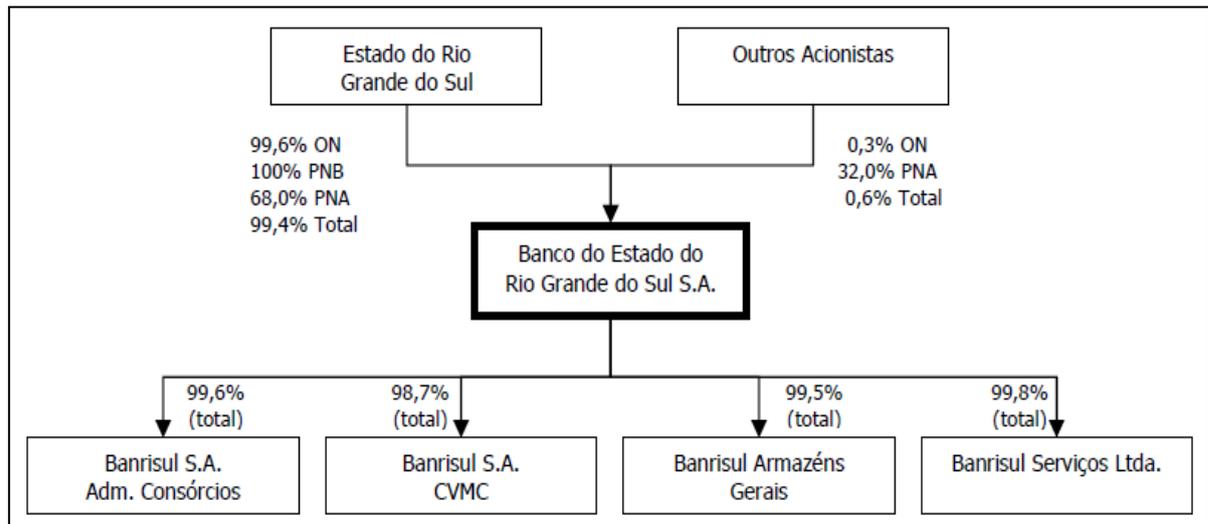


Figura 1 – Composição Societária do BANRISUL S.A.

Fonte: BANRISUL S.A.(2010)

4.2.1.6 Composição do Capital Social

A composição acionária referente aos principais acionistas, após a emissão das ações preferenciais classe B e, em data anterior ao Grupamento e a divulgação do Prospecto definitivo era a seguinte:

TABELA 2 - Composição Acionária Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

PRÉ-GRUPAMENTO

Acionista	ON	%	PNA	%	PNB	%	TOTAL	%
Estado do Rio Grande do Sul	30.629.978.974	99,7	408.222.748	68,0	20.000.000.100	100,0	51.038.201.822	99,4
Fundação Banrisul de Seg. Social	67.358.173	0,2	23.847.512	4,0			91.205.685	0,2
Inst. Prev. Do Estado RGS	6.740.177		25.291.854	4,2			32.032.031	0,1
Administradores	8	0,0	1.935				1.943	0,0
Outros	42.031.724	0,1	142.698.525	23,8			184.730.249	0,3
TOTAL	30.746.109.056	100,0	600.062.574	100,0	20.000.000.100	100,0	51.346.171.730	100,0

Fonte: BANRISUL S.A. (2010)

No prospecto de distribuição pública, publicado em 02 de julho 2007, consta:

Após a bonificação de ações, a divisão das ações preferenciais em classes A e B e a conversão das ações pelo Acionista Vendedor, conforme Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2007, homologada pelo Banco Central em 21 de junho de 2007, a conversão de 10.207.640.365 Ações Preferenciais Classe A em Ações Ordinárias pelo Estado do Rio grande do Sul (acionista controlador), em 30 de abril de 2007, o grupamento aprovado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 1º de junho de 2007, homologado pelo Banco Central em 21 de junho de 2007, e conversão pelo Acionista Vendedor de 133.333.334 Ações Preferenciais Classe A no mesmo número de Ações Preferenciais Classe B. (PROSPECTO DEFINITIVO – Banrisul, 2010).

A composição do capital social do BANRISUL S.A. era a seguinte:

TABELA 3 – Composição do Capital Social do BANRISUL S.A./PÓS GRUPAMENTO

Espécie e Classe de Ação	Subscrito		Integralizado	
	Composição ⁽¹⁾		Valor ⁽²⁾	
ON		204.974.060	R\$	738.919.714,69
PNA		4.000.417	R\$	14.421.273,54
PNB		133.333.334	R\$	480.659.011,77
TOTAL		342.307.811	R\$	1.234.000.000,00

Fonte: BANRISUL S.A. (2010)

⁽¹⁾ Considerando as novas ações emitidas na bonificação aprovada em 30 de abril de 2007 e o grupamento de ações aprovado em 1º de julho de 2007.

⁽²⁾ Ações sem valor nominal. O valor das ações equivale ao valor do capital social dividido pelo número de ações emitidas pelo BANRISUL S.A.

A tabela 4 demonstra a situação acionária na data do prospecto:

TABELA 4 - Composição Acionária do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

NA DATA DO PROSPECTO/PÓS GRUPAMENTO

Acionista	ON	%	PNA	%	PNB	%	TOTAL	%
Estado do Rio Grande do Sul	204.199.859	99,7	2.721.484	68,0	133.333.334	100,0	340.254.677	99,4
Fundação Banrisul de Seg. Social	449.054	0,2	158.983	4,0		0,0	608.037	0,2
Inst. Prev. do Estado RGS	44.934		168.612	4,2		0,0	213.546	0,1
Administradores	8		12	0,0		0,0	20	0,0
Outros	280.205	0,1	951.326	23,8		0,0%	1.231.531	0,3
TOTAL	204.974.060	100,0	4.000.417	100,0	133.333.334	100,0	342.307.811	100,0

Fonte: BANRISUL S.A. (2010)

Após a conclusão da Oferta, com a consequente colocação da totalidade das Ações Preferenciais Classe B, a composição do capital social do BANRISUL S.A. alterou-se para a composição abaixo descrita:

TABELA 5 – Composição do Capital Social do BANRISUL S.A.

Espécie e Classe de Ação	Posição após a Oferta ⁽¹⁾	Valor ⁽²⁾ (R\$)	Posição em %
ON	204.974.060	1.019.421.161,58	50,1
PNA	4.000.417	19.895.735,81	1,0
PNB	200.000.000	994.683.094,61	48,9
TOTAL ⁽³⁾	408.974.477	2.033.999.992,00	100,0

Fonte: BANRISUL S.A. (2010)

⁽¹⁾ posição com as novas ações emitidas na bonificação aprovada em 30 de abril de 2007 e o grupamento de ações aprovado em 1º de julho de 2007.

⁽²⁾ Ações sem valor nominal. O valor das ações equivale ao valor do capital social dividido pelo número de ações emitidas pelo BANRISUL S.A.

⁽³⁾ Após a conclusão da Oferta, o limite de emissão de ações preferenciais (de 50% do capital, conforme previsto no artigo 15, §2º na Lei das Sociedades por Ações e no artigo 25, §1º Lei da Reforma Bancária) permanece observado, como descrito na tabela acima.

Abaixo, a composição acionária indica a quantidade de ações detidas diretamente pelo acionista controlador e empresas relacionadas a este e ao BANRISUL S.A., após a conclusão da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações Preferenciais Classe B e sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares:

TABELA 6 – Composição Acionária do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Posição após a Oferta

Acionista	ON	%	PNA	%	PNB	%	TOTAL	%
Estado do Rio Grande do Sul	204.199.859	99,7	2.721.484	68,0	26.086.957	13,0	233.008.300	57,0
Fund. Banrisul. de Seg. Social	449.054	0,2	158.983	4,0		0,0	608.037	0,1
Inst. Prev. do Estado RGS	44.934		168.612	4,2		0,0	213.546	0,1
Administradores	8		12	0,0		0,0	20	0,0
Outros	280.205	0,1	951.326	23,8	173.913.043	87,0	175.144.574	42,8
TOTAL	204.974.060	100,0	4.000.417	100,0	200.000.000	100,0	408.974.477	100,0

Fonte: BANRISUL S.A. (2010)

4.2.1.7 Descrição da Oferta

A Oferta Pública de Ações do BANRISUL S.A. foi composta por uma distribuição primária de 66.666.666 novas Ações Preferenciais Classe B emitidas pelo Banco em conjunto com a distribuição secundária de 107.246.377 Ações Preferenciais Classe B de titularidade do Estado do Rio Grande do Sul – Acionista Controlador.

No Brasil, foi realizada em mercado de balcão não organizado contando com regime de garantia firme de liquidação conforme Contrato de Colocação assinado entre o BANRISUL S.A., o Estado do Rio Grande do Sul (acionista controlador e vendedor), os Coordenadores e a CBLC, de acordo com os termos da Instrução CVM 400.

Simultaneamente, foram realizados esforços de colocação das Ações Preferenciais Classe B, pelos “agentes de colocação internacional” Credit Suisse Securities (USA) LLC e do UBS Securities LLC, conforme colocado no prospecto de distribuição:

1. Nos Estados Unidos da América, para investidores institucionais qualificados, conforme definidos na Regra 144A, editada pela SEC, em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no Securities Act e nos regulamentos editados ao amparo do Securities Act e;
2. Nos demais países que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para non U.S. Persons, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base no Regulamento S, no âmbito do Securities Act, editado pela SEC, desde que tais Investidores Institucionais Estrangeiros sejam registrados na CVM e invistam no Brasil nos termos, da Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000, e da Instrução n.º 325 da CVM, de 27 de janeiro de 2000, não sendo necessário, portanto, registro de distribuição e colocação das Ações Preferenciais Classe B em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. (PROSPECTO DEFINITIVO, Banrisul, 2010).

Os esforços de colocação das Ações Preferenciais Classe B junto a Investidores Institucionais Estrangeiros, realizados pelos Agentes de Colocação Internacional no exterior,

caracterizaram-se pela concordância com o *Placement Facilitation Agreement*¹³, celebrado entre as partes envolvidas (BANRISUL S.A., Acionista Vendedor e Agentes de Colocação Internacional). A oferta de Ações Preferenciais Classe B realizada pelo BANRISUL S.A com base no prospecto ocorreu exclusivamente no mercado de ações do Brasil. Assim, os investidores institucionais estrangeiros que compraram Ações Preferenciais Classe B, objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, obrigatoriamente tiveram as operações envolvendo esses ativos subscritos e/ou adquiridos, pagas e liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores.

Havia, também, a opção de acrescentar o montante de Ações Preferenciais Classe B objeto da Oferta com um lote suplementar de até 26.086.957 ações preferenciais Classe B de titularidade do Acionista Vendedor, equivalente a até 15% do total das ações preferenciais Classe B inicialmente ofertadas; opção que poderia ser exercida, parcial ou integralmente, após notificação ao Coordenador Líder, conforme opção para subscrição e/ou aquisição de tais ações suplementares outorgada pelo Acionista Vendedor ao Coordenador. O Acionista Controlador preferiu não fazer uso dessa alternativa permanecendo com o montante de 26.086.957 Ações Preferenciais Classe B em seu poder.

4.2.1.8 Grupamento de Ações ON e PNA

Em 01 de junho de 2007 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, autorizando um grupamento das ações na proporção de 150 (cento e cinquenta) ações para 1 (uma) ação da respectiva espécie e classe e conseqüentemente a alteração do estatuto social da Companhia para validar este grupamento. O Banco Central aprovou o processo de grupamento das ações do BANRISUL S.A., em 21 de junho de 2007. Assim, no período entre 22 de junho de 2007 até 23 de julho de 2007, foi facultado aos acionistas o ajuste de suas posições acionárias, por espécies, em lotes múltiplos de 150 (cento e cinquenta) ações, para não gerar frações após o processo de grupamento; as negociações ocorreram por meio de sociedades corretoras autorizadas a operar pela BOVESPA. Transcorrido o prazo para ajuste das posições acionárias por parte de seus titulares, as ações resultantes do grupamento de frações remanescentes, foram vendidas em leilão na BOVESPA nos dias 23 e 30 de abril de 2008; os valores foram disponibilizados para os acionistas a partir de 16 de maio de 2008,

¹³ É o contrato que regula os esforços de venda no exterior, onde os bancos coordenadores da oferta se obrigam a “colocar” as ações no mercado e repassar o valor da colocação. O ofertante, por sua vez, entrega as ações na data de liquidação e se obriga a ofertar as ações no mercado internacional.

conforme Aviso aos Acionistas, publicado na CVM em 15 de maio de 2008. A partir do dia 24 de julho de 2007, as ações passaram a ser negociadas grupadas e cotadas unitariamente. A quantidade de Ações Preferenciais Classe B objeto da Oferta já considera o grupamento de ações mencionado acima.

4.2.1.9 Homologação do Aumento de Capital para Liquidação da Oferta pelo BACEN

O aumento de capital estava sujeito à homologação prévia pelo Banco Central, nos termos da legislação e regulamentação vigentes. Assim, a alteração de capital decorrente da Oferta Primária também se sujeitou a aprovação do BACEN.

Conforme consta no prospecto de distribuição (2010), a homologação não tinha um prazo pré-estabelecido para sua concessão:

Para tanto, é exigido que se integralize no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor do aumento de capital e que todos os documentos e informações requeridos pelo Banco Central sejam apresentados. Por tais razões, a Oferta foi liquidada em Units compostas de 2 (duas) Ações Preferenciais Classe B de emissão do Banco e 1 (um) Recibo de Subscrição de Ações¹⁴ Preferenciais Classe B, proporcionalmente ao número de Ações Preferenciais Classe B que receberiam na alocação para a Oferta de Varejo e a Oferta Institucional, conforme o caso. Uma parcela das Ações Preferenciais Classe B que compõem a Units, equivalente a 107.246.377 ações, compreende Ações Preferenciais Classe B da Oferta Secundária. A outra parcela das Ações Preferenciais Classe B que compõem as Units, equivalente a 26.086.955 ações, compreende Ações Preferenciais Classe B emprestadas pelo Acionista Vendedor ao Coordenador.

Com exceção do direito de *tag-along*, nenhum dos direitos conferidos às Ações Preferenciais Classe B são conferidos aos Recibos de Subscrição. Os Recibos de Subscrição conferirão aos seus titulares somente o direito de serem convertidos em Ações Preferenciais Classe B de emissão do Banco após a Homologação do aumento de capital referente à Oferta Primária pelo Banco Central na proporção de uma Ação Preferencial por Recibo de Subscrição. Para efeitos da criação das Units, cada Recibo de Subscrição foi subscrito por valor idêntico ao Preço por Ação, não havendo negociação de Recibos de Subscrição em separado.

As Units refletem as características das Ações Preferenciais Classe B e Recibos de Subscrição que as compõe. As Units somente serão desmembradas, uma vez realizada a Homologação e de forma automática, com entrega de 3 (três) Ações Preferenciais Classe B por Unit. Após a Homologação, o banco publicará comunicado ao mercado informando aos investidores sobre a homologação, os detalhes do procedimento de desmembramento e a data para início da negociação das Ações Preferenciais Classe B isoladamente, o que deverá ocorrer, no máximo, até o terceiro dia útil seguinte à Homologação. (PROSPECTO DEFINITIVO, Banrisul, 2010).

Em 30/08/2007 foi divulgado pelo BANRISUL S.A um Aviso aos Acionistas informando a publicação, em 29 de agosto de 2007, da homologação pelo Banco Central do

¹⁴ Registro que comprova que o direito de subscrever ações ou debêntures foi exercido pelo seu titular. Esses recibos passam a ser negociados no mercado à vista da BOVESPA após o pagamento da subscrição e até sua transformação em ações ou debêntures, quando também são extintos.

Brasil do aumento do capital social da Companhia. Neste Aviso aos Acionistas consta que:

O valor de R\$799.999.992,00 relativo à distribuição primária de 66.666.666 ações preferenciais Classe B e da distribuição secundária de 107.246.377 ações preferenciais Classe B, totalizando 173.913.043 ações preferenciais Classe B (nominativas, escriturais e sem valor nominal) de emissão da Companhia; conforme registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sob os n^{os} CVM/SRE/REM/2007/046 para a distribuição primária e CVM/SRE/SEC/2007/037 para a distribuição secundária foram homologados. Assim, a partir de 03 de setembro de 2007:

As Units formadas cada um por 2 (duas) Ações e 1 (um) recibo de subscrição foram automaticamente desmembradas em Ações, com a entrega de 3 (três) Ações Preferenciais Classe B para cada um dos investidores, independentemente de qualquer obrigação e/ou ação por parte dos investidores; e

As Ações passaram a ser livremente negociáveis no segmento especial de negociação de valores mobiliários da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (“BOVESPA”), disciplinado pelo Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1, sob o código BRSR6. (AVISO ACIONISTAS, Banrisul, 2010).

4.2.1.10 Ações Preferenciais Nominativas Classe B – Quantidade e Valor

Sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares, e tomando por base o Preço por Ação de R\$12,00, definido no *Bookbuilding*:

TABELA 7 – Quantidade, Valor, Classe e Espécie dos Valores Mobiliários

OFERTANTE	Quantidade	Preço por Ação (R\$)	Montante (R\$)	Comissões e Despesas (R\$)	Recursos Líquidos (R\$)
Oferta Primária	66.666.666	12,00	799.999.992	13.195.533,54	786.804.458,46
Oferta Secundária	107.246.377	12,00	1.286.956.524,00	21.227.597,68	1.265.728.926,32
Total	173.913.043	12,00	2.086.956.516,00	34.423.131,22	2.052.533.384,78

Fonte: BANRISUL S.A. (2010)

Considerando o exercício integral da Opção de Ações Suplementares, e tomando por base o Preço por Ação de R\$12,00:

TABELA 8 – Quantidade, Valor, Classe e Espécie dos Valores Mobiliários

OFERTANTE	Quantidade	Preço por Ação (R\$)	Montante (R\$)	Comissões e Despesas (R\$)	Recursos Líquidos (R\$)
Oferta Primária	66.666.666	12,00	799.999.992,00	13.195.533,54	786.804.458,46
Oferta Secundária	133.333.332	12,00	1.599.999.984,00	25.610.206,12	1.574.389.777,88
Total	199.999.998	12,00	2.399.999.976,00	38.805.739,66	2.361.194.236,34

Fonte: BANRISUL S.A. (2010)

4.2.1.11 Determinação do Preço por Ação

Concluído o procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido pelos Coordenadores junto a Investidores Institucionais, o preço por Ação foi fixado em R\$12,00, ou seja, R\$36,00 por *Unit*¹⁵, conforme disposto no artigo 170, parágrafo 1º, III da Lei das Sociedades por Ações e com o artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*"). No procedimento de *Bookbuilding* não houve participação de Pessoas Vinculadas¹⁶.

A determinação do Preço por Ação foi justificada, tendo em vista que o valor de mercado das Ações Preferenciais Classe B emitidas/vendidas foi aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, que refletiu o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas ordens de compra no contexto da Oferta. Assim, não houve diluição injustificada dos atuais acionistas do Banco, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, III da Lei das Sociedades por Ações. O preço de cada Unit é equivalente à soma dos preços das Ações Preferenciais e do Recibo de Subscrição que a compõe; estes, por sua vez, têm valor idêntico ao preço por Ação, estabelecido no Procedimento de *Bookbuilding*.

Os Investidores Não-Institucionais que efetuaram Pedidos de Reserva não participaram do Procedimento de *Bookbuilding*. Logo, não participaram do processo de determinação do Preço por Ação.

A seguir são apresentados montantes das comissões e dos recursos líquidos por ação recebidos pelo Banco em decorrência da Oferta Primária, e pelo Acionista Vendedor em decorrência da Oferta Secundária, calculados considerando o Preço por Ação:

TABELA 9 – Preço Por Ação

	Preço por Ação (R\$)	Comissões (R\$)	Recursos líquidos (R\$) ⁽¹⁾
Por Ação Preferencial	12,00	0,168	11,83
Oferta Primária	12,00	0,168	11,83
Oferta Secundária ⁽²⁾	12,00	0,168	11,83
Total ⁽²⁾	12,00	0,168	11,83

Fonte: BANRISUL S.A. (2010)

⁽¹⁾ Sem dedução das despesas da Oferta, incluindo tributos aplicáveis.

⁽²⁾ Sem considerar as Ações Suplementares.

¹⁵ A Unit era composta por 2 Ações Preferenciais Classe B + 1 recibo de subscrição de ações preferenciais classe B.

¹⁶ Conforme Instrução CVM nº 382, 28 de Janeiro de 2003, em seu artigo 14, parágrafo 1º, serão considerados pessoas vinculadas, dentre outros:

- empregados, operadores e prepostos da corretora;
- agentes autônomos por ela credenciados;
- sócios ou acionistas da corretora, pessoas físicas ou jurídicas, que detenham controle direto ou indireto e os detentores de função de direção ou administração;
- cônjuge ou companheiro e filhos menores de alguma das pessoas mencionadas nas alíneas anteriores;
- sociedade controladora e controlada; e
- no caso de corretora integrante de conglomerado financeiro, também serão considerados pessoa vinculada os sócios, diretores, administradores e empregados das empresas integrantes de conglomerado, bem como as carteiras próprias destas empresas.

4.2.1.12 Cotação das Ações

O BANRISUL S.A. está registrado como companhia aberta na CVM sob o n.º 00121-0, desde 20/07/1977 e seu registro em bolsa de valores remonta ao ano de 1931 (Bolsa de Valores do Extremo Sul). Atualmente tem suas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA. Após a Oferta, o principal mercado de negociação de suas ações é a BOVESPA, onde integra o Nível 1 de Governança. Suas ações Ordinárias (ON), Preferenciais Classe A (PNA) e as Preferenciais Classe B (PNB), são negociadas na BOVESPA sob os códigos “BRSR3”, “BRSR5”, e “BRSR6” respectivamente, enquanto existiram, as UNITS foram negociadas sob o código “BRSR11”. Abaixo seguem as cotações das ações Ordinárias e Preferenciais até 30 de junho de 2007, conforme publicado no prospecto da Oferta.

As cotações mínima, média e máxima de negociação das ações ordinárias na BOVESPA, por ano, no período de 2002 até 2007 estão indicadas a seguir:

TABELA 10 – Cotação Anual das Ações ON (de 2002 até 2007)

Ano	Valor mínimo (R\$)	Valor médio (R\$)	Valor máximo (R\$)
2002	6,00	1,16	20,00
2003	14,00	16,23	20,00
2004	15,60	26,09	34,50
2005	25,00	30,10	37,00
2006	30,00	53,50	84,90
2007 ⁽¹⁾	72,13	124,11	205,99

Fonte: BOVESPA (2010)

⁽¹⁾ De 1º de janeiro a 26 de junho.

As cotações mínima, média e máxima de negociação das ações ordinárias na BOVESPA, por trimestre, desde 2005 até 2007 estão indicadas a seguir:

TABELA 11 – Cotação Trimestral das Ações ON (de 2005 até 2007)

Trimestre	Valor mínimo (R\$)	Valor médio (R\$)	Valor máximo (R\$)
1T/2005	25,00	29,30	37,00
2T/2005	28,49	32,66	40,00
3T/2005	28,50	31,63	36,50
4T/2005	25,00	29,09	34,00
1T/2006	30,00	40,86	48,00
2T/2006	43,00	46,03	52,00
3T/2006	48,00	49,97	51,00
4T/2006	51,00	65,02	84,90
1T/2007	72,13	89,03	104,99
2T/2007	88,50	148,70	205,99

Fonte: BOVESPA (2010)

As cotações mínima, média e máxima de negociação das Ações Preferenciais Classe A na BOVESPA, por ano, de 2002 até 2007 estão indicadas a seguir:

TABELA 12 – Cotação Anual das Ações PNA (de 2002 até 2007)

Ano	Valor mínimo (R\$)	Valor médio (R\$)	Valor máximo (R\$)
2002	6,00	13,06	20,01
2003	12,50	15,15	20,00
2004	18,99	25,92	33,00
2005	27,00	31,46	37,00
2006	34,50	50,83	84,00
2007 ⁽¹⁾	70,00	115,59	270,00

Fonte: BOVESPA (2010)

⁽¹⁾ De 1º de janeiro a 30 de junho.

As cotações mínima, média e máxima de negociação das Ações Preferenciais Classe A na BOVESPA, por trimestre, de 2005 até 2007 estão indicadas a seguir:

TABELA 13 – Cotação Trimestral das Ações PNA (de 2005 até 2007)

Trimestre	Valor mínimo (R\$)	Valor médio (R\$)	Valor máximo (R\$)
1T/2005	27,00	31,04	37,00
2T/2005	26,02	31,70	40,00
3T/2005	29,00	31,59	36,99
4T/2005	27,40	31,56	36,49
1T/2006	34,50	40,64	46,00
2T/2006	42,00	45,08	48,95
3T/2006	46,50	48,95	52,00
4T/2006	49,30	62,99	80,00
1T/2007	70,00	90,76	110,00
2T/2007	95,00	148,48	270,00

Fonte: BOVESPA (2010)

4.2.1.13 Custos de Distribuição

No tocante aos custos envolvidos na distribuição, as comissões e despesas envolvidas foram divididas entre o BANRISUL S. A. e o Acionista Vendedor (Estado do Rio Grande do Sul), na proporção das Ações Preferenciais Classe B ofertadas por cada um; e as taxas de registro e listagem da Oferta foram pagas individualmente, ou seja, o BANRISUL S.A. pagou a taxa referente à Oferta Primária e o Acionista Vendedor pagou a taxa referente à Oferta Secundária.

A tabela abaixo demonstra o custo da Oferta, sem considerar o exercício da Opção das Ações Suplementares:

TABELA 14 – Custo Da Oferta

Comissões e Despesas	Valor (R\$) ⁽¹⁾	Custo Unitário de Distribuição (R\$) ⁽¹⁾	Relação ao Valor Total da Oferta ⁽¹⁾ (%)	Relação ao Custo Unitário de Distribuição ⁽¹⁾ (%)
Comissão de Coordenação	5.843.478,24	0,034	0,28%	0,28%
Comissão de Colocação	17.530.434,73	0,101	0,84%	0,84%
Comissão de Garantia Firme de Liquidação	5.843.478,24	0,034	0,28%	0,28%
Total de Comissões	29.217.391,22	0,168	1,40%	1,40%
Taxa de Registro e Listagem da Oferta	1.005.739,99	0,006	0,05%	0,05%
Despesas com advogados ⁽²⁾	2.200.000,00	0,013	0,11%	0,11%
Despesas com publicidade da Oferta ⁽²⁾	1.000.000,00	0,006	0,05%	0,05%
Despesas com auditoria externa ⁽²⁾	1.000.000,00	0,006	0,05%	0,05%
Total de Despesas	5.205.739,99	0,03	0,25%	0,25%
Total de Comissões e Despesas	34.423.131,22	0,198	1,65%	1,65%

Fonte: BANRISUL S.A. (2010)

⁽¹⁾ Calculado sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares.

⁽²⁾ Despesas estimadas.

4.2.1.14 Resumo das Aprovações Societárias

Em 02 de julho de 2007, a Oferta Primária foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração do BANRISUL S. A.. A ata da reunião foi divulgada no site da CVM na data de sua realização e, posteriormente publicada, em 03 de julho de 2007, no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e nos jornais Valor Econômico e Zero Hora.

O Conselho de Administração do Banco realizou reunião, em 24 de julho de 2007, onde aprovou o aumento de capital com exclusão do direito de preferência dos então atuais acionistas do Banco e o Preço por Ação. A ata da reunião foi divulgada no site da CVM na data de sua realização e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e nos jornais Valor Econômico e Zero Hora em 25 de julho de 2007.

O Acionista Vendedor foi autorizado a alienar qualquer as ações do Banco de sua titularidade, mas em consonância com das Leis Estaduais n.º 6.223, de 22 de junho de 1971, e n.º 6.283, de 12 de julho de 1971 ficou obrigado a manter, pelo menos, 51% do capital votante do BANRISUL S. A.

Foi aprovada, através de ato oficial da Governadora do Estado do Rio Grande do Sul (Ofício n.º 040/07-GG), de 27 de abril de 2007, a realização da Oferta Secundária, autorizando o Secretário de Estado de Fazenda do Rio Grande do Sul a praticar todos os atos relativos à Oferta.

Por ato do Secretário da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul foi aprovado o preço de venda das Ações no âmbito da Oferta Secundária, em 24 de julho de 2007 de acordo com a autorização outorgada em 02 de julho de 2007 pela Governadora do Estado do Rio Grande do Sul, conforme Processo Administrativo n.º 28815.1400/007-01.

4.2.1.15 Prazos de Distribuição e Liquidação

A distribuição das Ações Preferenciais Classe B objeto da Oferta teve início com a publicação do Anúncio de Início, em 25/07/2007. O “Prazo de Distribuição” estava limitado ao máximo de 6 meses, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início e foi encerrado em 30/08/2007, com a publicação do Anúncio de Encerramento, ou seja, 36 dias após o seu início, ambos em conformidade com o previsto na Instrução CVM 400, no parágrafo único do artigo 52 e no artigo 29, respectivamente.

A liquidação física e financeira da Oferta foi prevista para realizar-se no terceiro dia útil após a data de publicação do Anúncio de Início, exceto a distribuição de Ações Suplementares, cuja liquidação ocorreu no prazo de até 3 dias úteis a partir da data do exercício da Opção de Ações Suplementares.

4.2.1.16 Cronograma da Oferta

O cronograma estimado das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir da publicação do Aviso ao Mercado foi divulgado no prospecto de distribuição pública, conforme segue:

Ordem	Evento	Data Prevista ⁽¹⁾
1.	Publicação do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Corretoras Consorciadas) Disponibilização do Prospecto Preliminar Início das Apresentações de <i>Road show</i> Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	03 de julho de 2007
2.	Publicação do Aviso ao Mercado (com logotipos das Corretoras Consorciadas) Início do Período de Reserva (inclusive para Pessoas Vinculadas e/ou Empregados)	10 de julho de 2007
3.	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas e/ou Empregados	13 de julho de 2007
4.	Encerramento do Período de Reserva para Investidores Não-Institucionais que não sejam Pessoas Vinculadas e/ou Empregados	23 de julho de 2007
5.	Encerramento das Apresentações de <i>Road show</i> Encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> Fixação do Preço por Ação Assinatura do Contrato de Colocação, do <i>Placement Facilitation Agreement</i> e de outros contratos relacionados à Oferta	24 de julho de 2007
6.	Concessão dos Registros da Oferta Publicação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo Início do Prazo de Exercício da Opção de Ações Suplementares	25 de julho de 2007
7.	Data de Liquidação ⁽²⁾	30 de julho de 2007
8.	Início da Negociação das Units na BOVESPA ⁽³⁾	31 de julho de 2007
9.	Fim do Prazo para o Exercício da Opção de Ações Suplementares	27 de agosto de 2007
10.	Data Máxima de Liquidação das Ações Suplementares	30 de agosto de 2007
11.	Publicação do Anúncio de Encerramento	31 de agosto de 2007

Quadro 1 – Cronograma da Oferta

Fonte: BANRISUL S.A. (2010)

⁽¹⁾ As datas previstas acima são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações e adiamentos, a critério do Coordenador Líder, do Banco e dos Acionistas Vendedores.

⁽²⁾ A liquidação ocorrerá mediante a entrega de Units.

⁽³⁾ Tão logo a Homologação pelo Banco Central seja obtida, será publicado um comunicado ao mercado informando aos investidores a obtenção da Homologação, o desmembramento das Units e que a negociação será feita em Ações Preferenciais Classe B.

4.2.1.17 Negociação das Units e Ações PNB do BANRISUL S.A. na BOVESPA

Em 2007, quando houve a Oferta Pública de Ações do BANRISUL S.A. , a BOVESPA era uma entidade sem fins lucrativos de propriedade de corretoras-membro.

Como os demais ativos negociados em bolsa de valores, tanto as Units (BSR11) e as PNBs (BRSR6) seguiram a regra de negociação na BOVESPA, onde os negócios só podem ser realizados pelas corretoras-membro e por um número limitado de não-membros autorizados em um sistema eletrônico de negociação chamado Megabolsa. As negociações na BOVESPA podem ocorrer através do sistema “*after market*”, e estão sujeitas a limites regulatórios sobre volatilidade de preços e sobre o volume de ações negociadas pelas corretoras que operam pela Internet.

A liquidação das operações de compra e venda de ações, realizadas na BOVESPA, acontece três dias úteis após a data da negociação, sem correção monetária do preço de compra. O vendedor entrega as ações à Cia. Brasileira de Liquidação de Custódia (CBLC) no terceiro dia útil após a data da negociação. A CBLC é que realiza a entrega e o pagamento das ações por meio das suas instalações.

Sempre que o Índice BOVESPA cai abaixo dos limites de 10,0% ou 15,0%, respectivamente, com relação ao índice de fechamento da sessão de negociação anterior é acionado o “*circuit breaker*”, suspendendo a sessão de negociação por um período de 30 minutos ou uma hora; para manter um melhor controle sobre as oscilações do índice.

4.2.1.18 Perfil Corporativo após a Oferta Pública

Conforme consta no site Relações com Investidores do BANRISUL S.A. (2010):

O BANRISUL S.A. é um banco múltiplo controlado pelo Estado do Rio Grande do Sul. No final de 2007 encontrava-se entre os três mais rentáveis dentre os 20 maiores bancos brasileiros em total de ativos, considerando o retorno sobre patrimônio líquido, em cada um dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004, 2005 e 2006, segundo dados do Banco Central. (BANRISUL, 2010).

Em dezembro de 2007, após a operação da Oferta Pública de Ações, a rentabilidade sobre o PL médio superou os anos anteriores, alcançando a marca de 44,8%, que reflete a capacidade do Banco na administração de seus ativos.

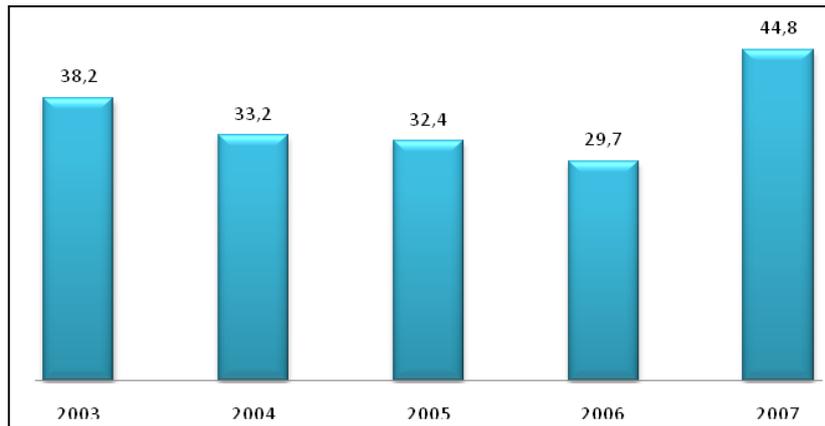


Gráfico 1 – Rentabilidade do Patrimônio Líquido Médio (%)

Fonte: Elaborado pelo Autor

A evolução do Patrimônio Líquido, no final de 2007, ainda apresentou os seguintes dados:

1. O Patrimônio Líquido alcançou o valor de R\$ 2.792,0 milhões, apresentando um crescimento de 115,6% em relação aos R\$ 1.295,1 registrados no final de 2006;
2. A proporção do Patrimônio Líquido em relação ao Ativo total consolidado passou de 8,3%, em 2006, para 13,6% ao final de 2007.

TABELA 16 – Proporção entre Patrimônio Líquido e Ativo Total (mil)

	2004		2005		2006		2007	
Patrimônio Líquido	R\$	1.025.993	R\$	1.143.179	R\$	1.295.079	R\$	2.792.013
Ativo Total	R\$	12.126.168	R\$	14.089.511	R\$	15.648.522	R\$	20.456.888
Patrimônio Líquido/Ativo Total		8,5%		8,1%		8,3%		13,6%

Fonte: Elaborado pelo Autor

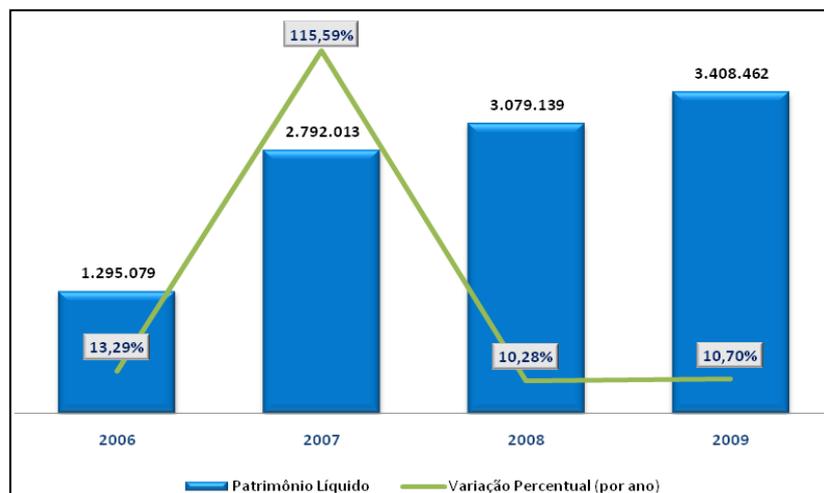


Gráfico 2 – Evolução do Patrimônio Líquido (R\$ mil)

Fonte: Elaborado pelo Autor

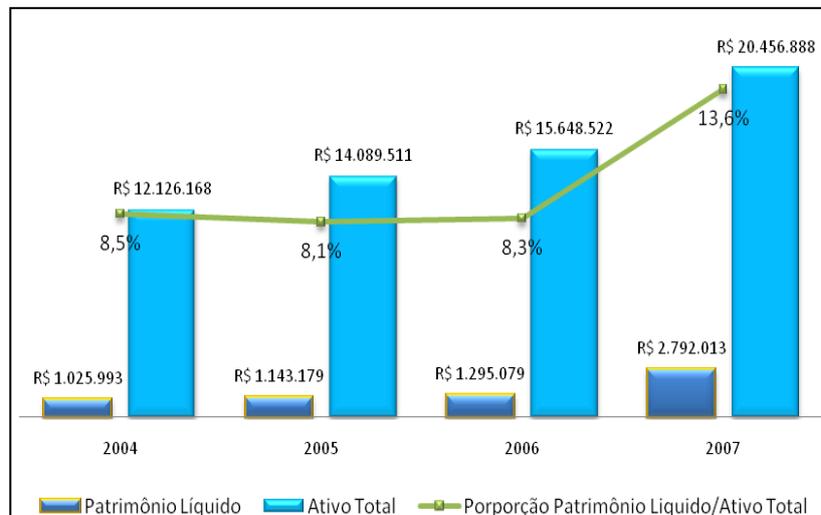


Gráfico 3 – Proporção entre Patrimônio Líquido e Ativo Total (mil)

Fonte: Elaborado pelo Autor

A evolução do patrimônio líquido deve-se ao aumento de capital no valor de R\$ 800 milhões, referente à emissão primária de ações, bem como à incorporação do resultado gerado no período. Os recursos captados, por meio da oferta pública de ações, foram importante fonte para o aumento da base patrimonial e a expansão da carteira de crédito projetada para os próximos anos. Os principais motivos foram proporcionar um colchão de liquidez adicional para suportar o crescimento dos ativos, sobretudo em um cenário de forte expansão de crédito, sem comprometer o Índice de Basileia da instituição.

Pelo acordo de Basileia, as Instituições Financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio Líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos. O Índice de Basileia mínimo exigido pelas normas vigentes (Resolução n.º 2.099/94 do Conselho Monetário Nacional e legislação complementar) é de 11%.

Em 31 de dezembro de 2007, o BANRISUL S.A., alcançou o Índice de Basileia de 26,04%, para a relação entre o patrimônio de referência e o patrimônio líquido exigido. A elevação do Índice de Basileia de 20,2%, em 2006, para 26,0%, em 2007, em índice significativamente superior ao mínimo exigido pelas normas vigentes atestando o nível de solvência da instituição.

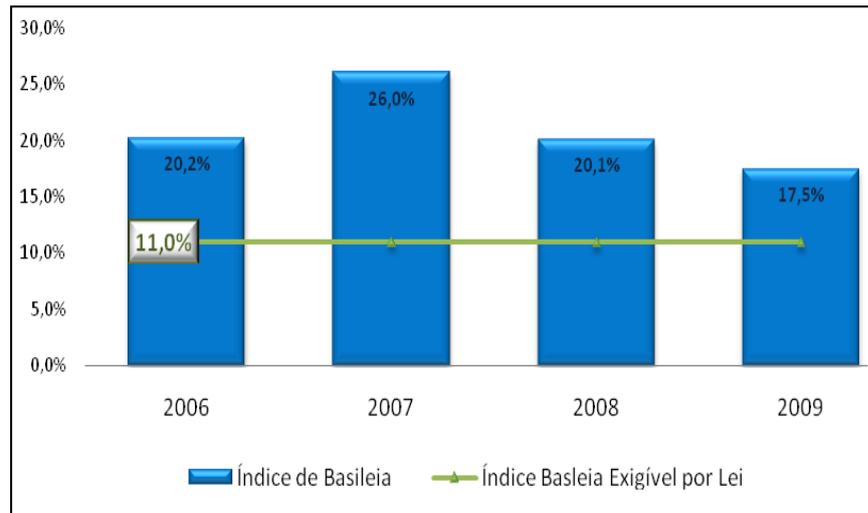


Gráfico 4 – Índice de Basileia - BANRISUL S.A.

Fonte: Elaborado pelo Autor

Em dezembro de 2007, de acordo com informações do site Relações com Investidores do BANRISUL S.A. (2010):

O BANRISUL S.A. detinha R\$ 20.480,3 milhões em ativos totais, equivalente a uma expansão de 30,9% em relação aos R\$ 15.648,5 milhões registrados em dezembro de 2006. Esse incremento de ativos verificado no exercício de 2007 decorre, principalmente, da expansão, em R\$ 1.667,1 milhões, na carteira de crédito, notadamente no segmento de Crédito Geral Pessoa Jurídica, que apresentou incremento de R\$ 856,5 milhões, bem como no crescimento das operações de tesouraria, especialmente em papéis dotados de maior liquidez, essencialmente títulos públicos federais.

A origem dos recursos que proporcionaram a alavancagem de ativos advém, principalmente, da capitalização, no montante de R\$ 800,0 milhões oriundo da emissão primária de ações; do aumento na captação no mercado aberto, por meio de operações compromissadas, no montante de R\$ 474,9 milhões; e do crescimento, em 19,4%, na captação de depósitos, cujo incremento somou R\$ 2.013,1 milhões. (BANRISUL, 2010).

TABELA 17 - Expansão dos Ativos Totais – Anual (mil)

Períodos	2006	2007	2008	2009
Ativo Total (R\$)	15.648.522	20.480.300	25.205.375	29.084.137
Variação Percentual (por ano)		30,90%	23,21%	15,39%

Fonte: Elaborado pelo Autor

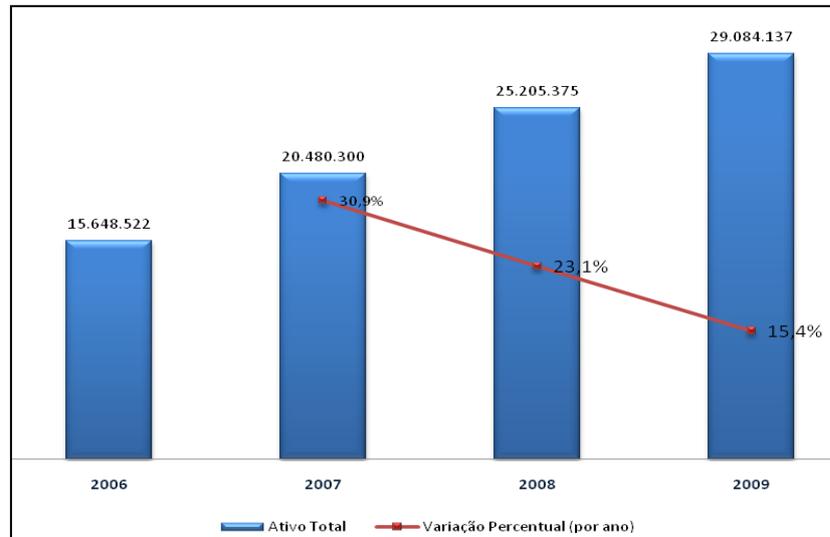


Gráfico 5 – Expansão dos Ativos Totais – Anual (mil)
Fonte: Elaborado pelo Autor

TABELA 18- Retorno sobre Patrimônio Líquido Médio

Períodos	2004	2005	2006	2007
Patrimônio Líquido	R\$ 1.025.993.000	R\$ 1.143.179.000	R\$ 1.295.079.000	R\$ 2.792.000.000,00
Patrimônio Líquido Médio	R\$ 913.411.000,00	R\$ 1.084.586.000,00	R\$ 1.219.129.000,00	R\$ 2.043.539.500,00
Lucro líquido realizado	R\$ 303.224.000,00	R\$ 351.947.000,00	R\$ 361.659.000,00	R\$ 916.380.000,00
Retorno sobre Patrimônio Líquido Médio	33,2%	32,4%	29,7%	44,8%
CAGR				31,8%

Fonte: Elaborado pelo Autor

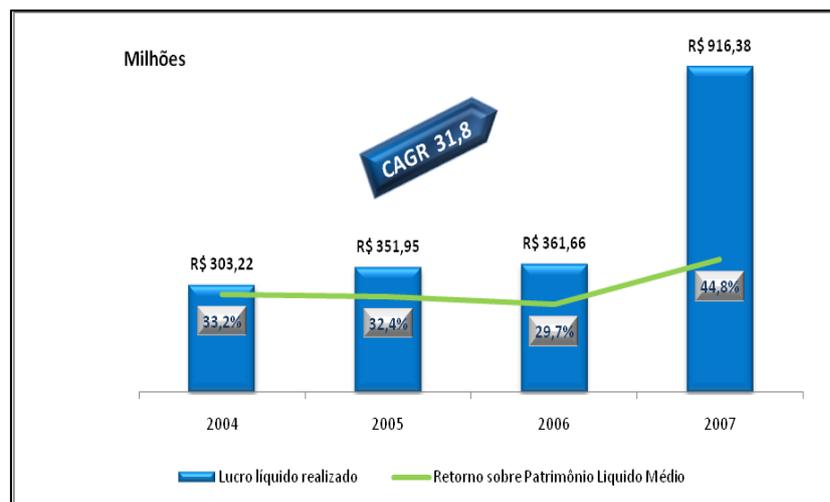


Gráfico 6 – Retorno sobre Patrimônio Líquido Médio (milhões)
Fonte: Elaborado pelo Autor

Com a Oferta Pública de Ações, Primária e Secundária, o BANRISUL S.A. inicia uma nova fase, enquanto Companhia listada na BM&F BOVESPA S.A., onde suas ações são negociadas diariamente no mercado de capitais. Isto deu ao Banco um novo status de companhia com valor de mercado que, conforme a cotação de suas ações, pode ser maior ou menor que o seu valor patrimonial. Essa avaliação é feita multiplicando-se o valor da cotação de mercado das ações do Banco pelo número de suas ações, o resultado é o valor de mercado da Companhia.

TABELA 19- Valor de Mercado da Companhia

Número Total de Ações da Companhia	408.974.477
Cotação de fechamento Setembro/2007	R\$ 12,20
Valor de Mercado da Empresa	R\$ 4.989.488.619,40
Patrimônio Líquido	R\$ 2.722.620.000,00

Fonte: Elaborado pelo Autor

Antes da Oferta Pública e conseqüente início das negociações das ações preferenciais classe B, essa avaliação da empresa não era usual devido ao baixo número de negócios que ocorriam com as ações ordinárias nominativas (ON) e ações preferenciais nominativas (PN).

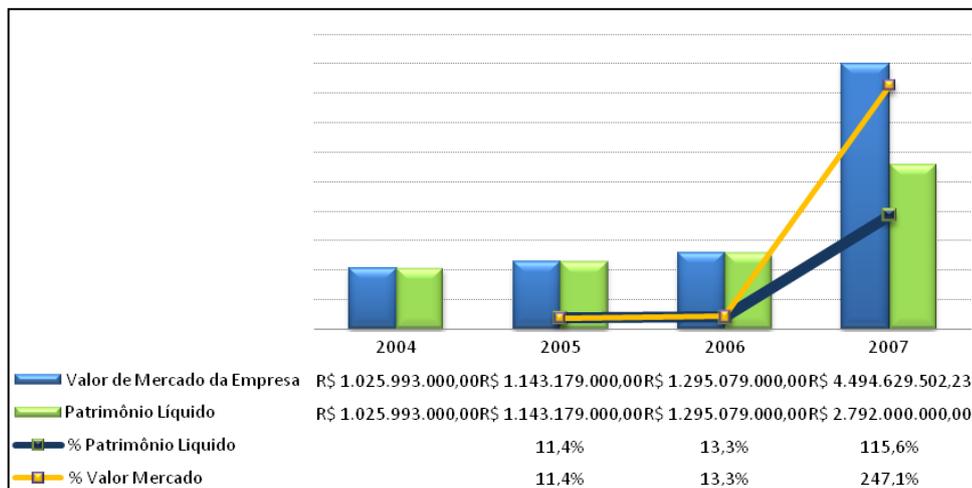


Gráfico 7 – Evolução Valor de Mercado e Patrimônio Líquido

Fonte: Elaborado pelo Autor

Com 419 agências, o BANRISUL S.A. tem a maior rede bancária do Rio Grande do Sul, com 2,9 milhões de clientes, é o banco com maior número de clientes no Estado. O foco de seus negócios está no atendimento às necessidades de clientes de varejo, pequenas e médias empresas e entidades do setor público.

Dentre a variada gama de produtos e serviços financeiros oferecidos pelo BANRISUL S.A. destacam-se operações de crédito pessoal (incluindo crédito direto ao consumidor e consignado em folha de pagamento); crédito imobiliário; financiamentos de longo prazo com recursos próprios e com recursos obtidos de instituições governamentais; linhas de crédito para agricultura e pecuária; linhas de crédito empresarial; poupança, depósito à vista e depósito a prazo e; administração de recursos de terceiros.

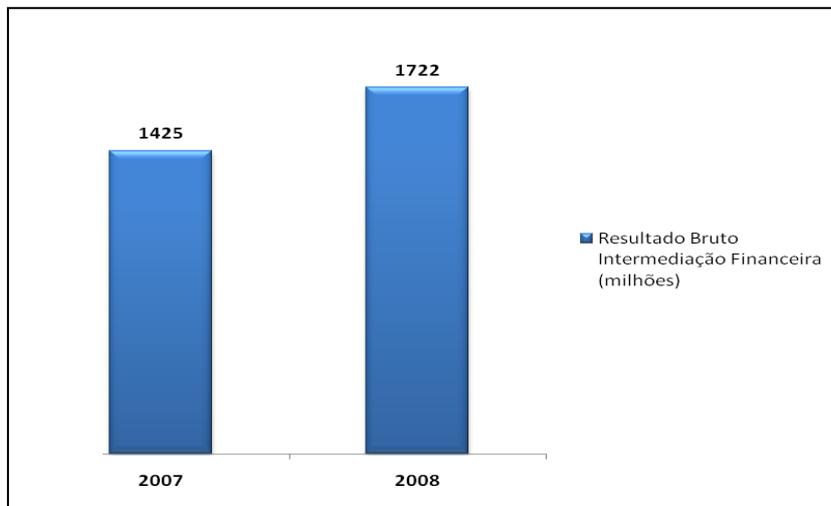


Gráfico 8 – Resultado Bruto da Intermediação Financeira (milhões)

Fonte: Elaborado pelo Autor

Conforme dados das Demonstrações Financeiras, disponível no site de Relações com Investidores do BANRISUL S.A.:

Dentre as principais áreas de atuação do BANRISUL S.A., destacam-se o crédito consignado e o crédito imobiliário, que foram as modalidades de crédito que mais cresceram no Brasil em 2005 e 2006, com taxas de crescimento nesse período de 175% e 45%, respectivamente.

Ao final de dezembro 2007, o saldo da carteira de crédito destinado a pessoas físicas atingiu R\$ 2.713,1 milhões, com participação de 33,8% no total de crédito concedido pelo BANRISUL S.A.. Esse montante foi 24,0% superior aos R\$ 2.188,4 milhões, apresentado em dezembro do ano anterior, sendo o crédito consignado a principal modalidade responsável por esse crescimento.

A carteira de crédito consignado, com desconto em folha de pagamento, encerrou o exercício de 2007 com saldo de R\$ 1.485,3 milhões, com evolução de 41,7% em relação ao mesmo período de 2006. Nessa modalidade foram alocados R\$ 1.954,2 milhões durante o ano de 2007.

A carteira de crédito imobiliário do BANRISUL S.A. apresentou crescimento de 1,7% em relação a dezembro de 2007, atingindo R\$ 810,0 milhões. Em 2007, o total aplicado no crédito imobiliário foi de R\$ 222,7 milhões em 3,1 mil operações, com crescimento de 31,8% sobre 2006. (BANRISUL, 2010)

O foco geográfico de atuação do Banco é a região sul do Brasil, especialmente o Estado do Rio Grande do Sul, o qual, segundo dados do IBGE, em 31 de dezembro de 2004

respondia por cerca de 8,1% do PIB do País e cuja renda per capita era 14,4% superior à média nacional, segundo dados da FEE e do IBGE.

O BANRISUL S.A. está presente em 395 dos 496 municípios do Rio Grande do Sul, onde estão concentrados cerca de 97,4% da população do Estado. O Banco tem mais de 2,9 milhões de correntistas no Estado, titulares de cerca de 5,7 milhões de contas-correntes e contas de poupança. Esse número representa cerca de 70% da população gaúcha com conta bancária.

O BANRISUL S.A. é o banco oficial e principal agente financeiro do Estado do Rio Grande do Sul, seu acionista controlador. Por força de lei, o Banco realiza o recolhimento de tributos estaduais e o repasse de parte desses recursos aos municípios gaúchos e, nos termos do convênio com o Governo Estadual, o BANRISUL S.A. efetua pagamentos a fornecedores de bens e serviços, bem como a funcionários públicos ativos e aposentados. Por lei, o Banco é responsável pelo recolhimento do ICMS e repasse de parcela da receita com esse tributo para os municípios do Estado.

Em 1998, o BANRISUL S.A. criou o Banricompras, um serviço de pagamento mediante cartão de débito que permite que seus 2,9 milhões de clientes parcelem suas compras feitas em cerca de 41,3 mil estabelecimentos afiliados. O Banricompras integra os clientes pessoas físicas e jurídicas do banco e cultiva a sua fidelização. Em 2007, foram realizadas cerca de 46,9 milhões de operações por esse sistema, movimentando aproximadamente R\$2,6 bilhões.

4.2.1.19 A Composição do Capital Social após a Oferta Pública com os Novos Acionistas

A composição acionária do BANRISUL S.A. sofreu alterações durante o ano de 2007 durante a execução do processo de Oferta Pública de Ações. As várias etapas que foram alterando o perfil de sua composição do capital social, desde a decisão da emissão primária e secundária de ações podem ser listadas, resumidamente, como descrito no prospecto de distribuição do BANRISUL S.A.:

1. A bonificação de ações, a divisão das ações preferenciais em classes A e B e a conversão das ações pelo Acionista Vendedor, conforme Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2007, homologada pelo Banco Central em 21 de junho de 2007,
2. A conversão de 10.207.640.365 Ações Preferenciais Classe A em Ações Ordinárias por nosso Acionista Controlador, em 30 de abril de 2007,
3. O grupamento aprovado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 1º de junho de 2007, homologado pelo Banco Central em 21 de junho de 2007, e

4. A conversão pelo Acionista Vendedor de 133.333.334 Ações Preferenciais Classe A no mesmo número de Ações Preferenciais Classe B, ocorrida em 02 de julho de 2007. (PROSPECTO DEFINITIVO, Banrisul, 2010).

TABELA 20- Composição Acionária do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. em 30/06/2007

Acionista	ON	%	PNA	%	PNB	%	TOTAL	%
Estado do Rio Grande do Sul	204.199.859	99,7	2.721.484	68,0	133.333.334	100,00	340.254.677	99,4
Fundação Banrisul. de Seg. Social	449.054	0,2	158.983	4,0			608.037	0,2
Inst. Prev. do Estado RGS	44.934	0,0	168.612	4,2			213.546	0,1
Administradores	8	0,0	12	0,0			20	0,0
Outros	280.205	0,1	951.326	23,8			1.231.531	0,3
TOTAL	204.974.060	100,0	4.000.417	100,0	133.333.334	100,0	342.307.811	100,0

Fonte: CVM (2010)

Em junho de 2007 o quadro de informações dos acionistas detentores de 5% ou mais de cada espécie de ações do BANRISUL S.A., divulgado em conformidade com o artigo 12º da instrução CVM nº 358 de 2002, era formando somente pelo Estado do Rio Grande do Sul em sua composição. O acionista controlador detinha 99,4% de todas as ações de emissão do Banco. O segundo e terceiro maiores acionistas – Fundação Banrisul de Seguridade Social e Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – detinham respectivamente, 0,18% e 0,06% do total das ações do Banco. Restava, dessa forma, a parcela de 0,36% da composição acionária do BANRISUL S.A. para as ações em circulação da empresa, pertencente aos acionistas minoritários. Por essa descrição podemos notar que as negociações em bolsa de valores com ações do Banco não tinham expressividade e, conseqüentemente, qualquer negócio poderia afetar a cotação das ações sensivelmente.

Abaixo segue tabela demonstrativa da situação:

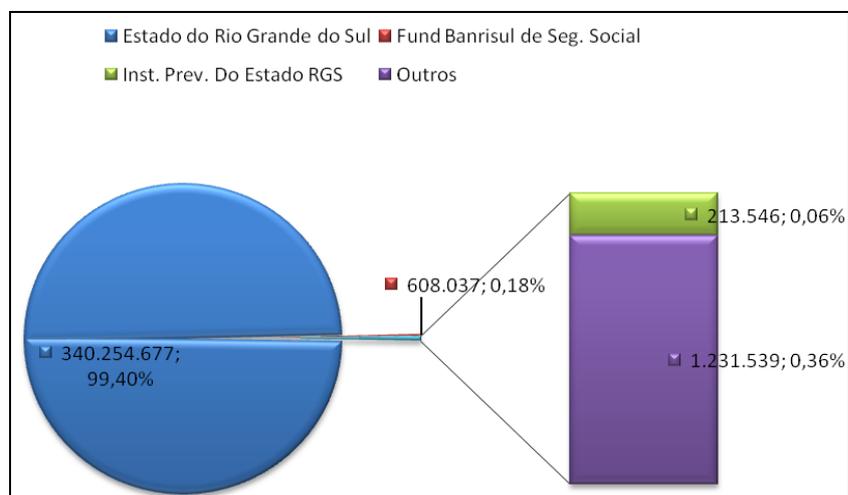


Gráfico 9 – Composição Acionária Antes da Oferta

Fonte: Elaborado pelo Autor

Na divulgação do encerramento da Oferta foi contabilizada a entrada de 13.799 novos acionistas entre brasileiros e estrangeiros, pessoas físicas e jurídicas.

TABELA 21 - Resumo da Colocação das Ações da Oferta Pública de Ações Distribuições Primária e Secundária (por Tipo de Investidor)

TIPO DE INVESTIDOR	Nº DE INVESTIDORES	% DE INVESTIDORES	Nº DE AÇÕES PNB COLOCADAS	% DE AÇÕES PNB COLOCADAS
Pessoas Físicas	13.220	95,80%	11.236.917	5,62%
Clubes de Investimento	99	0,72%	841.209	0,42%
Fundos de Investimento	72	0,52%	13.492.866	6,75%
Entidades de Previdência Privada	13	0,09%	253.800	0,13%
Companhias Seguradoras	-	-	-	-
Investidores Estrangeiros Qualificados ⁽¹⁾	186	1,35%	168.985.257	84,49%
Instituições Intermediárias Participantes do Consórcio de Distribuição	3	0,02%	4.689.000	2,34%
Instituições Financeiras Ligadas ao Banco, aos Coordenadores e/ou Corretoras Consorciadas	-	-	-	-
Demais Instituições Financeiras	2	0,01%	105.882	0,05%
Demais Pessoas Jurídicas Ligadas ao Banco, aos Coordenadores e/ou Corretoras Consorciadas	-	-	-	-
Demais Pessoas Jurídicas	204	1,48%	395.067	0,20%
Sócios, Administradores, Empregados, Prepostos e Demais Pessoas Ligadas ao Banco, aos Coordenadores e/ou Corretoras Consorciadas	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
TOTAL	13.799	100,00%	199.999.998	100,00%

Fonte: BANRISUL S.A. (2010)

⁽¹⁾ Inclui 18.900.000 Ações NB adquiridas por Credit Suisse Securities (Europe) Limited e 24.462.000 Ações PNB adquiridas pelo UBS A/G, London Branch como forma de proteção (hedge) para operações com derivativos de ações realizadas no exterior, conforme informado no Boletim Diário de Informações da BOVESPA - BDI, Edição de 17 de agosto de 2007.

A Oferta foi submetida à CVM e registrada sob os nºs de Distribuição Primária CVM/SRE/REM/2007/046 e Distribuição Secundária CVM/SRE/SEC/2007/037, em 25 de julho de 2007.

Somados, os acionistas pessoa física e pessoa jurídica, sediados no Brasil, totalizaram 13.613, representando 98,65% do total dos novos acionistas e detinham no total 31.014.741 ações PNB colocadas na Oferta Pública, equivalente a 15,51% do montante de ações ofertadas. Os 186 acionistas estrangeiros, que representavam 1,35% da população de novos acionistas detinham o montante de 168.985.257 ações PNB adquiridas na Oferta, ou seja, o equivalente a 84,49% das ações ofertadas. Este cenário demonstra que a Oferta caracterizou-se por ter alcançado, dentro do país, um grande contingente de novos acionistas que adquiriram, em geral, pequenos lotes das ações colocadas, que é o caso dos acionistas pessoa física que adquiriram, em média, 850 ações PNB cada. Já através do esforço de colocação no exterior, em média, foram vendidas 908.523 ações para cada novo investidor estrangeiro. Abaixo segue gráfico comparando o número de investidores (qualificados por tipo de

investidor) com o número das ações adquiridas pelos mesmos durante a Oferta de Pública de Ações do BANRISUL S.A.

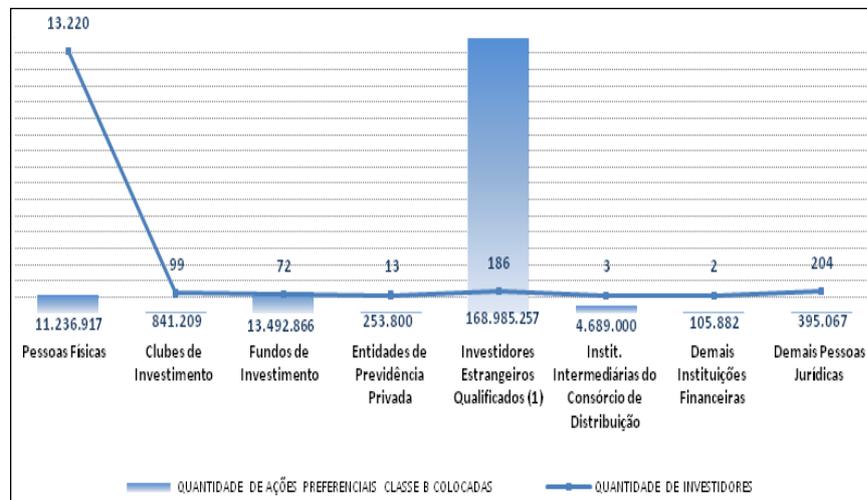


Gráfico 10 – Tipo de Investidores e Número de Ações Adquiridas na Oferta

Fonte: Elaborado pelo Autor

No final de setembro de 2007, um mês após a homologação do Banco Central o quadro dos acionistas detentores de 5% ou mais de cada espécie de ações do BANRISUL S.A., altera-se com a entrada dos novos investidores estrangeiros. Incluem-se nessa lista o fundo de investimento New World Fund., os bancos de investimento Credit Suisse First Boston (Europe), Banco UBS Pactual S.A. e UBS Ag London Branch e a associação de administração de fundos de investimento Goldman Sachs Asset Management, L. P. Esses eram os quatro maiores acionistas depois do Estado do Rio Grande do Sul (acionista controlador), os quais detinham em conjunto 90.486.653 ações Preferenciais Nominativas Classe B, ou seja, 45,24% desse tipo de ação que correspondia a 22,13% do total de ações do BANRISUL S.A. após a Oferta Pública de Ações.

TABELA 22- Composição Acionária do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. em 30/09/2007

Acionista	ON	%	PNA	%	PNB	%	TOTAL	%
Estado do Rio Grande do Sul	204.199.851	99,60	2.721.484	68,60	26.086.957	13,04	233.008.292	56,97
Banco UBS Pactual S.A.					25.186.656	12,59	25.186.656	6,16
New World Fund., Inc. ⁽¹⁾					21.150.000	10,58	21.150.000	5,17
Credit Suisse First Boston (Europe) ⁽²⁾					19.815.000	9,91	19.815.000	4,85
UBS Ag London Branch ⁽³⁾					13.326.433	6,66	13.326.433	3,26
Goldmann Sachs Asset Management, L. P. ⁽⁴⁾					11.008.564	5,50	11.008.564	2,69
Ações em Tesouraria								
Outros	808.708	0,40	1.244.434	31,40	83.426.390	41,71	85.479.532	20,90
Total	205.008.559	100,00	3.965.918	100,00	200.000.000	100,00	408.974.477	100,00

Fonte: CVM (2010)

⁽¹⁾ Fundo de Investimento - E.U.A.

⁽²⁾⁽³⁾ Banco de Investimentos - Reino Unido

⁽⁴⁾ Associação Adm. Fundos Investimento - E.U.A.

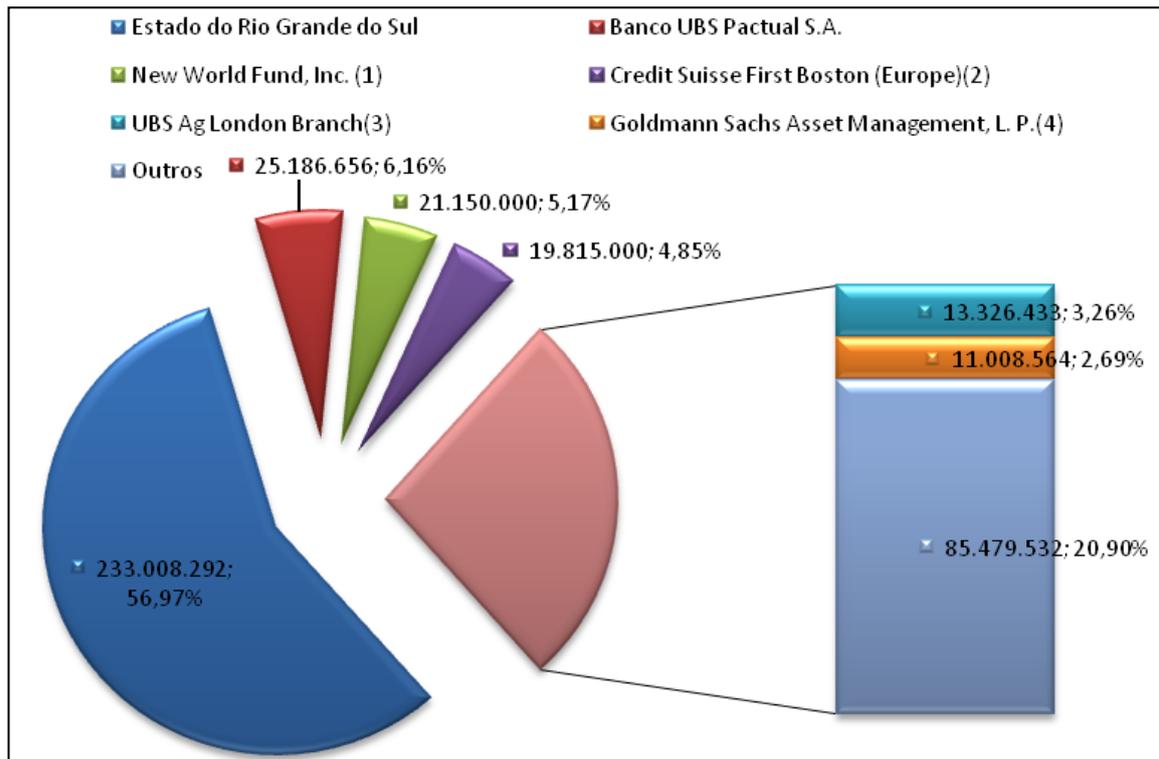


Gráfico 11 – Composição Acionária Após a Oferta

Fonte: Elaborado pelo Autor

As emissões, primária e secundária, propiciaram a alteração da composição acionária do BANRISUL S.A. através da expansão do quadro de acionistas. Sua distribuição que era concentrada regionalmente no próprio Estado do Rio Grande do Sul expandiu-se para as unidades federativas do país e por vários continentes conforme demonstra o quadro abaixo, dos 50 maiores acionistas, referente ao final do mês de setembro de 2007.

TABELA 23 – Os 50 Maiores Acionistas Após a Oferta Pública – 31/08/2007

NOME	PAÍS	CONTINENTE	QUANTIDADE ATIVOS PNB	% ATIVOS 31/08/2007	% TOTAL ATIVOS BANRISUL S.A.
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	Brasil	América do Sul	26.086.957	13,0305%	6,3786%
BANCO UBS PACTUAL S.A.	Brasil	América do Sul	25.186.656	12,5933%	6,1585%
NEW WORLD FUND, INC.	Estados Unidos	América do Norte	21.150.000	10,5750%	5,1715%
CREDIT SUISSE FIRST BOSTON (EUROPE) LIMITED	Reino Unido	Europa	19.815.000	9,9075%	4,8450%
UBS AG, LONDON BRANCH	Reino Unido	Europa	14.486.856	7,2434%	3,5422%
NATEXIS BANQUES POPULAIRES	França	Europa	7.200.000	3,6000%	1,7605%
FINDLAY PARK LATIN AMERICAN FUND	Irlanda	Europa	5.523.900	2,7620%	1,3507%
ABU DHABI INVESTMENT AUTHORITY	Emirados Árabes Unidos	Oriente Médio	4.439.694	2,2198%	1,0856%
GOLDMAN SACHS TRUST GOLD. SACHS EM MKT EQ F	Estados Unidos	América do Norte	4.342.200	2,1711%	1,0617%
EMERGING MARKETS GROWTH FUND INC	Estados Unidos	América do Norte	3.768.000	1,8840%	0,9213%
PICTET E CIE	Suíça	Europa	3.701.790	1,8509%	0,9051%
THE ALPHAGEN RHOCAS FUND LIMITED	Ilhas Cayman	América Central & Caribe	3.683.400	1,8417%	0,9006%
QP INVESTIMENTOS LLC	Estados Unidos	América do Norte	3.602.400	1,8012%	0,8808%
OZ BRAZIL INVESTMENTS LLC	Estados Unidos	América do Norte	3.378.618	1,6893%	0,8261%
WINDMILL MASTER FUND, LP	Ilhas Cayman	América Central & Caribe	3.034.200	1,5171%	0,7419%
MERRILL LYNCH INTERNATIONAL	Reino Unido	Europa	3.000.000	1,5000%	0,7335%
MORGAN STANLEY URUGUAY LTDA	Uruguai	América do Sul	2.794.500	1,3973%	0,6833%
DEUTSCHE BANK AG LONDON	Reino Unido	Europa	2.604.300	1,3022%	0,6368%
FIF REIMS	Brasil	América do Sul	2.411.700	1,2059%	0,5897%
FIDELITY INVEST TRUST LATIN AMERICA FUND	Estados Unidos	América do Norte	2.281.569	1,1408%	0,5579%
AMERICAN FUNDS INS SERIES NEW WORLD FUND	Estados Unidos	América do Norte	2.100.000	1,0500%	0,5135%
NORGES BANK	Noruega	Europa	2.100.000	1,0500%	0,5135%
LANSDOWNE GL FINANCIALS FUND LMT USD	Ilhas Cayman	América Central & Caribe	2.071.629	1,0358%	0,5065%
RMB INTERNATIONAL (DUBLIN) LTD	Irlanda	Europa	2.014.500	1,0073%	0,4926%
GOLDMAN SACHS F S G S GL EM MARK EQ PORTFOLIO	Luxemburgo	Europa	2.003.100	1,0016%	0,4898%
DWS INVEST DWS INVEST BRIC PLUS	Luxemburgo	Europa	1.960.785	0,9804%	0,4794%
SPECIALFORENINGEN ATP INVEST	Dinamarca	Europa	1.887.600	0,9438%	0,4615%
SENSOR EMERGING MARKETS LLC	Estados Unidos	América do Norte	1.800.000	0,9000%	0,4401%
CAPITAL INTERNAT.EMERG.MARKETS FUND	Luxemburgo	Europa	1.770.000	0,8850%	0,4328%
THREADNEEDLE INVESTMENT FUNDS ICVC	Reino Unido	Europa	1.694.700	0,8474%	0,4144%
SAFRA SETORIAL BANCOS FUNDO INVESTIMENTO ACOES	Brasil	América do Sul	1.471.200	0,7356%	0,3597%
GOLDMAN,SACHS & CO.	Estados Unidos	América do Norte	1.273.200	0,6366%	0,3113%
ROBECO CAPITAL GROWTH FUNDS	Luxemburgo	Europa	1.269.000	0,6345%	0,3103%
ROBECO INSTL ASSET MANAGEMENT BV	Holanda	Europa	1.104.000	0,5520%	0,2699%
SSGA EMERGING MARKETS FUND	Estados Unidos	América do Norte	1.064.457	0,5322%	0,2603%
GOLDMAN SACHS TRUST - GOLDMAN SACHS BRIC FUND	Estados Unidos	América do Norte	1.018.800	0,5094%	0,2491%
AIG LATIN AMERICA FUND PLC	Irlanda	Europa	1.005.000	0,5025%	0,2457%
UNIBANCO SMALL CAP FIA	Brasil	América do Sul	942.000	0,4710%	0,2303%
BANCO ESPIRITO SANTO S/A	Portugal	Europa	900.000	0,4500%	0,2201%
DAILY ACTIVE EM MKTS SEC LEND COM TR	Estados Unidos	América do Norte	813.000	0,4065%	0,1988%
GOLDMAN SACHS FUNDS GOLDMAN SACHS BRICS PORTFOLIO	Luxemburgo	Europa	756.000	0,3780%	0,1849%
GMAM INVESTMENT FUNDS TRUST	Estados Unidos	América do Norte	723.600	0,3618%	0,1769%
EVERGREEN EMERGING MARKETS GROWTH FUND	Estados Unidos	América do Norte	720.000	0,3600%	0,1761%
STATE OF CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RET SYS.	Estados Unidos	América do Norte	703.800	0,3519%	0,1721%
DELAWARE GROUP GLOBAL & INT. FUNDS,INC E.M.F.	Estados Unidos	América do Norte	678.900	0,3395%	0,1660%
AXP VARIABLE PORTFOLIO - EMERG MARK FUND	Estados Unidos	América do Norte	673.200	0,3366%	0,1646%
EMA-FONDS	Alemanha	Europa	637.185	0,3186%	0,1558%
ASHMORE GROWING MULTI STRATEGY FUND LIMITED	Ilhas Guernsey	Europa	630.000	0,3150%	0,1540%
FIDELITY FUNDS - LATIN AMERICA FUND	Luxemburgo	Europa	617.097	0,3085%	0,1509%
GLOBAL ADVANTAGES F - EMG MKTS HIGH VALUE TEILFONDS	Luxemburgo	Europa	599.934	0,3000%	0,1467%

Fonte: Elaborada pelo Autor

A maior parte das ações PNB negociadas na Oferta Pública foram compradas por investidores estrangeiros. No final de setembro de 2007, os acionistas estrangeiros detinham 80,41% das ações ofertadas, num total de 160.837.362 ações preferenciais classe B. Desse total, os 50 acionistas europeus – que correspondem a 34,97% dos novos acionistas estrangeiros – adquiriram 80.929.936 ações PNB, ou seja, o equivalente a 50,32% das ações adquiridas por estrangeiros e 40,46% da emissão de ações da Oferta; enquanto os 74 acionistas norte-americanos detinham 60.622.119 ações PNB, que equivale a 37,69% das ações adquiridas por estrangeiros e 30,31% das ações emitidas. Ao preço de R\$ 12,00 do lançamento das ações representa uma alocação de recursos no valor de R\$ 1.930.048.344,00, com uma aquisição média de 1.124.737 ações por investidor. Em algumas aquisições as quantias ultrapassaram o percentual de 5% do total de ações emitidas.

TABELA 24 – Composição Acionária – Ações PNB - Estrangeiros– 30/09/2007

CONTINENTE	Nº ACIONISTAS	TOTAL DE AÇÕES PNB	VALOR ALOCADO	% ACIONISTAS ESTRANGEIROS	% DE AÇÕES ADQUIRIDAS	% TOTAL DE AÇÕES PNB
América Central & Caribe	10	10.572.384	R\$ 126.868.608,00	6,99%	6,57%	5,29%
América do Norte	74	60.622.119	R\$ 727.465.428,00	51,75%	37,69%	30,31%
América do Sul	2	2.911.200	R\$ 34.934.400,00	1,40%	1,81%	1,46%
Ásia	4	1.036.329	R\$ 12.435.948,00	2,80%	0,64%	0,52%
Europa	50	80.929.836	R\$ 971.158.032,00	34,97%	50,32%	40,46%
Oceania	2	325.800	R\$ 3.909.600,00	1,40%	0,20%	0,16%
Oriente Médio	1	4.439.694	R\$ 53.276.328,00	0,70%	2,76%	2,22%
TOTAL	143	160.837.362	R\$ 1.930.048.344,00	100,0%	100,0%	80,4%

Fonte: Elaborada pelo Autor

Conforme demonstram os gráficos sobre a participação acionária e número de investidores estrangeiros que adquiriram ações PNB, no mês de setembro de 2007. Constatamos que na América do Norte está situado o maior número de acionistas por continente, no total de 74 investidores, seguido pela Europa com 50 acionistas. Mas, quando analisamos a posição acionária desses investidores notamos que a posição se inverte, ou seja, os investidores europeus detêm uma posição acionária superior aos demais acionistas estrangeiros.

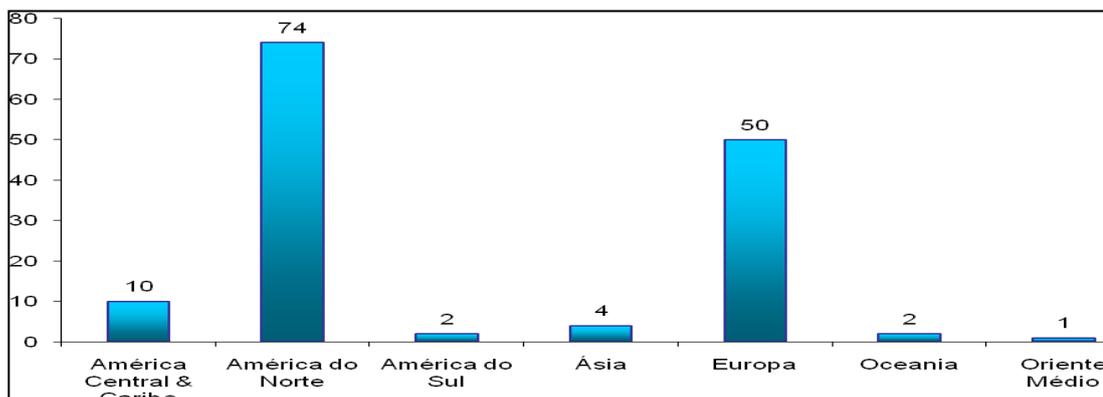


Gráfico 12 – Acionistas Detentores de Ações PNB Por Continente

Fonte: Elaborado pelo Autor

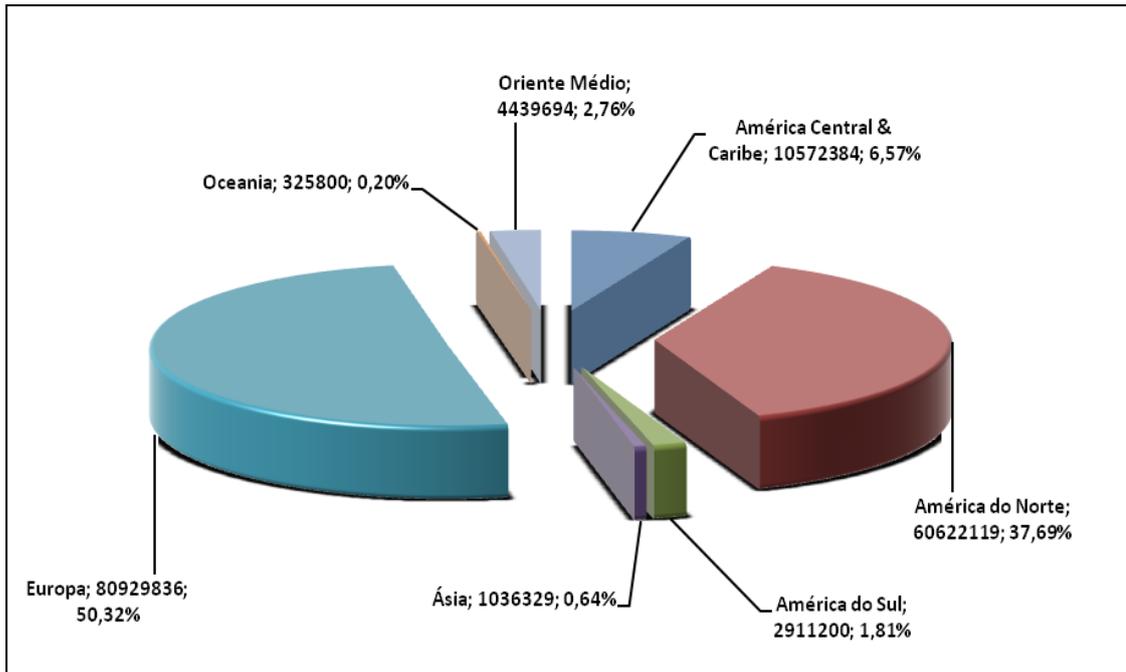


Gráfico 13- Posição Acionária PNB – Ações por Continente

Fonte: Elaborado pelo Autor

Após a Oferta, a composição acionária do BANRISUL S.A., por continente, tem a América do Sul como detentora do maior número de acionistas e ações, pois o maior número de acionistas minoritários e o controlador estão sediados no Brasil.

5 CONCLUSÃO

O trabalho teve como objetivo analisar os fundamentos, os procedimentos e os resultados da Oferta Pública de Ações do BANRISUL S.A sobre o seu PL, no curto prazo e, também, as alterações ocorridas em sua composição acionária decorrentes da entrada de novos acionistas.

Governos e empresas devem se manter em constante crescimento econômico, alavancar novos projetos e investimentos na busca de desenvolvimento social e capacitação para enfrentar a concorrência cada vez mais forte, respectivamente. Para isso, devem encontrar fontes de financiamento, para seus investimentos, que reduzam ou tragam o menor risco financeiro possível. O Mercado de Capitais surge como opção de redução desses riscos, onde através da emissão e posterior oferta primária e secundária de ações torna-se possível aos ofertantes reduzirem a vulnerabilidade frente a possíveis variações em seus empreendimentos; uma vez que as ações, não possuem data de vencimento ou de restituição como os empréstimos.

No caso estudado, a oferta primária resultou no aporte de capital em torno dos R\$ 800 milhões para o Banco aumentando seu Patrimônio Líquido e proporcionando um colchão de liquidez adicional para suportar o crescimento dos ativos num panorama econômico com grande expansão de crédito. Consequentemente resultou na elevação do Índice de Basileia da

instituição para 26,0% e, assim, garantiu lastro para manutenção e possível crescimento na concessão de crédito futuro.

A oferta secundária realizada, por sua vez, possibilitou ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul obter maior flexibilidade no seu fluxo de caixa, porém esta operação não teve impacto no Capital Social do BANRISUL S.A.

Dadas as condições de liquidez do mercado de capitais em 2007 e a disposição dos investidores para a inversão em ativos mobiliários emitidos por empresas não tradicionais, havia a percepção, por parte da administração do BANRISUL S.A., que a captação via emissão de ações seria mais vantajosa para o Banco; aportando recursos sem prazo de vencimento pré-determinado.

Após a homologação do aumento do capital pelo BACEN, referente ao processo de oferta de ações, o Banco passa a ter seus ativos com negociações diárias na BM&F BOVESPA S.A. tendo como carro chefe as ações preferenciais nominativas classe B. Disso decorre a valorização de suas ações, o aumento do volume de ações negociado diariamente e a existência de um valor de mercado da empresa superior ao valor do seu Patrimônio Líquido.

A partir da Oferta Pública de Ações, com a entrada dos novos acionistas a composição acionária do BANRISUL S.A. se altera positivamente. O Estado do Rio Grande do Sul que detinha 99,40% de todas as ações da companhia reduz sua posição total para 56,97%, mantendo o controle da Companhia. Medidas como o aumento do nível de governança corporativa e de maior transparência e de abertura das informações foram implementadas ao longo do processo de Oferta Pública de Ações gerando conseqüências positivas como a promoção no mercado secundário das ações e elevando o retorno aos acionistas via distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos.

Também concorreram para o sucesso da oferta de ações do BANRISUL S.A., após o seu encerramento, a criação efetiva de uma área de relações com investidores; a maior aproximação entre as várias unidades e áreas de negócios do Banco; a postura pró-ativa de aproximação com o mercado de capitais e o público em geral; o processo de divulgação e qualificação das informações e dados da instituição; a melhor gestão da base acionária, entre outros.

Podemos colocar que, o desempenho dos ativos mobiliários do BANRISUL S.A. no período pós-oferta tem sido extremamente positivo, ainda que sujeito aos eventos que afetaram e afetam o mercado acionário local e internacional. Os resultados obtidos com a

pesquisa permitem concluir que a oferta pública de ações do BANRISUL S.A., tanto na distribuição primária como na secundária é um caso de sucesso. O BANRISUL S.A. conquistou seu lugar em um mercado altamente especializado e competitivo e pode dessa forma consolidar sua posição de destaque entre os melhores bancos comerciais do Brasil.

Fica como sugestão para estudos futuros, as possibilidades efetivas e potenciais que se abrem, no médio e longo prazos, para as operações de um BANRISUL S.A. mais capitalizado e com maior capacidade operacional de crédito e de serviços.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. **Lei das S.A. nº. 10.303**, de 31 de outubro de 2001. Altera a Lei das Sociedades por Ações. Disponível em: <[http:// www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L6404consol.html](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L6404consol.html)>. Acesso em: 08 out. 2009.

BACHA, E. L.; OLIVEIRA FILHO, L. C. (Org.). **Mercado de capitais e crescimento econômico**: lições internacionais, desafios econômicos. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, / ANBID, 2007.

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A. **Cenário Econômico 2007**. Disponível em: <http://www.banrisul.com.br/ri>. Acesso em: 08 fev. 2010.

_____. **Ata nº 443**. Disponível em: <http://www.banrisul.com.br/ri> Acesso em: 08 fev. 2010.

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Prospecto definitivo da oferta pública de ações**. Disponível em: <http://www.banrisul.com.br/ri> Acesso em: 05 mai. 2010.

BM&F BOVESPA S/A. **Abertura de capital**. Disponível em: http://www.abimaq.org.br/ceimaq/meta3/abertcapital_doc_m.htm>. Acesso em: 08 março. 2010.

_____. **Como e por que tornar-se uma Cia aberta**. Disponível em:< <http://www.bovespa.com.br/pdf/guiaaber.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2009.

_____. **Regulamento novo mercado**. Disponível em:<www.bovespa.com.br/pdf/RegulamentoNMercado.pdf Acesso em: 08 out. 2009.

_____. **Governança corporativa**. Disponível em:<www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/consultas/governanca-corporativa/.aspx?Idioma=pt-br>. Acesso em 20 nov. 2009.

CASAGRANDE NETO, Humberto. **Abertura de capital de empresas no Brasil**: um enfoque prático. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

CASTRO, Helio O. Portocarrero. **Introdução ao mercado de capitais**. 9. ed. Rio de Janeiro: 1985.

CAVALCANTE FILHO, Francisco da Silva; MISUMI, Jorge Yoshio. **Mercado de capitais**. 4. ed. Belo Horizonte: CNBV, 1998.

CAVALCANTE FILHO, Francisco Silva; MISUMI, Jorge Yoshio; RUDGE, Luiz Fernando. **Mercado de capitais: o que é, como funciona**. 6. ed. São Paulo: Revista atualizada CNB ed. Campus, 2005.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Abertura de capital de empresas**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/publicPublicaçõesArtigos/AberturaCapitaldeEmpresas.mht>> Acesso em: 09 out. 2009.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. 14. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

_____. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. 17. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 7. ed. São Paulo: Harbra, 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Carlos. **Economia do sistema comunitário: enquanto a mercadoria e a moeda não existem**. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/libreria/> Acesso em: 09 out. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 4. ed. São Paulo, SP, 2009.

KANITZ, Stephen. O capital social. **Revista Veja**, São Paulo, ano 39, n. 14, p. inicial-final, abr. Disponível em: <http://www.kanitz.com.br/veja/capital_social.asp>. Acesso em: 08 out. 2009.

LAGEMANN, Eugenio. **O Banco Pelotense & o sistema financeiro regional**. --. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

LIMA, Iran Siqueira; ANDREZO, Andrea Fernandes. **Mercado financeiro: aspectos históricos e conceituais**. 2. ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 2002.

MÜLLER, Carlos Alves. **A História econômica do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Grande do Sul, 1998.

PINHEIRO, Armando Castelar; OLIVEIRA FILHO, Luiz Chrysostomo de. **Mercado de capitais e bancos públicos: análise e experiências comparadas**. Rio de Janeiro: Contra Capa: ANBID, 2007.

PINHEIRO, Juliano Lima **Mercado de capitais: fundamentos e técnicas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. **BANRISUL S.A. aumenta capital social**. Disponível em: <http://www.estado.rs.gov.br/>. Acesso em 17 nov. 2009.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Saiba Mais Sobre Legalização de empresas**. Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/principal/melhorando%20seu%20neg%C3%B3cio/produtos%20sebrae/saiba%20mais/legalizacao.aspx#>. Acesso em 19 Nov. 2009.